

CÁSSIA REGINA BRAGUIERI DA SILVA

**“A FORMAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA”**

**PUC-CAMPINAS
2007**

CÁSSIA REGINA BRAGUIERI DA SILVA

“A FORMAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA”

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação na área de Ensino Superior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação da Professora Dra. Kátia Regina Moreno Caiado.

PUC-CAMPINAS
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Autora: SILVA, Cássia Regina Braguieri da

Título: “A FORMAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA”

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Regina Moreno Caiado

Dissertação de Mestrado em Educação

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Educação da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 21/08/2007

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kátia Regina Moreno Caiado

Profa. Dra. Maria Inês Bacellar Monteiro

Profa. Dra. Elizabeth Adorno de Araújo

DEDICATÓRIA

Francielle, Naila e Isabela, três pessoas muito especiais que fizeram despertar o meu desejo em realizar esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Célia e José Carlos, que sempre me ensinaram a lutar e que muitas vezes abdicaram de seus sonhos para que os meus se tornassem realidade. Ao meu noivo, Rafael, que me apoiou e sempre me incentivou sem me deixar esmorecer, apontando-me o porvir. Aos meus amigos, verdadeiros irmãos, que me levantaram todas as vezes em que o cansaço surgia. À Professora Dra. Kátia Regina Moreno Caiado, que se mostrou uma orientadora ímpar, com sua atenção, dedicação, carisma, e por ter compartilhado comigo muitos momentos inesquecíveis da minha jornada pelo mestrado. À Professora Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho e Professora Dra. Elizabeth Adorno de Araújo, pelo amor dedicado às suas aulas e com que me auxiliaram no decorrer da minha pesquisa. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas, por me ensinarem com tanto afinho e apreço. Aos funcionários da PUC-Campinas: Kelly, Regina, Tuca, Cidinha e Sergio por acompanharem e me ajudarem com tanta atenção. Ao Centro Educacional Integrado de Vinhedo (CEIVI), na pessoa de Cristina M. B. Mazon, por compreender e apoiar meu ingresso no mestrado. Ao diretor do curso de fonoaudiologia da Universidade pesquisada, bem como aos professores e alunos por colaborarem nas entrevistas que realizei.

A Deus, Pai soberanamente justo e bom, por ter me dado a vida e as condições de vivê-la com Seu amor e Sua luz.

RESUMO

SILVA, Cássia Regina Braguieri da. **A Formação do Fonoaudiólogo: Desafios e Perspectivas para a Educação Inclusiva**. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC-Campinas, 2007. 119p. Orientadora: Profa. Dra. Kátia Regina Moreno Caiado.

Inserida na linha de pesquisa “Universidade, Docência e Formação de Professores”, esta pesquisa tem como objetivo promover reflexões sobre a formação do fonoaudiólogo para o trabalho junto à Educação Inclusiva de crianças com deficiências. Para tanto, a coleta de dados se deu por meio de análise documental e entrevistas semi-estruturadas com o diretor e alunos formandos do curso de Fonoaudiologia de uma Instituição de Ensino Superior. Sendo uma pesquisa qualitativa, a discussão dos dados se deu em eixos temáticos sob uma perspectiva sócio-histórica. Os resultados da pesquisa apontam para o fato de ser a atuação fonoaudiológica na Educação Inclusiva algo recente e ainda pouco explorado, mas que vem sendo estudado nos meios acadêmicos e científicos paulatinamente.

Palavras – chave: Formação do Fonoaudiólogo; Educação Inclusiva; História da Fonoaudiologia.

ABSTRACT

SILVA, Cássia Regina Braguieri da. **Formation of the Speech-Language and Hearing Pathologist: Challenges and Perspectives for Inclusive Education.** Dissertation for Masters in Education. PUC-Campinas, 2007. 119p. Director: Kátia Regina Moreno Caiado, PhD.

Following the line of research of “University, Teaching and Formation of Teachers”, the objective of this study is to promote reflection about the formation of the speech-language and hearing pathologist for working together with Inclusive Education of deficient children. Data was collected by means of documental analysis and semi-structured interviews with the Director and graduated students of the Speech-Language and Hearing Pathology Course of a university. Being a qualitative study, discussion of data was conducted along thematic lines within a socio-historical perspective. The results of the study indicate that the fact of speech-language and hearing pathologist actuation in Inclusive Education is something recent and is still little explored but it continues to be studied at a slow pace in academic and scientific circles.

Key words: Formation of the Speech-Language and Hearing Pathologist; Inclusive Education; History of Speech-Language and Hearing Sciences.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
1.1 Da educação à saúde: o percurso histórico da fonoaudiologia.....	13
1.2 A educação especial e sua trajetória no Brasil.....	21
1.3 Fonoaudiologia e educação inclusiva: um diálogo possível?	25
CAPÍTULO II	
METODOLOGIA DE PESQUISA	
2.1 Percurso e procedimentos metodológicos.....	31
2.2 O curso de Fonoaudiologia da Instituição de Ensino Superior pesquisada.....	36
CAPÍTULO III	
A FORMAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Análise e discussão dos dados.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	82
Anexo 1: Transcrição da entrevista realizada com o diretor do curso de Fonoaudiologia da universidade pesquisada	83
Anexo 2: Transcrição da entrevista com o grupo de alunas 1 (GA1) formandas em 2006	88
Anexo 3: Transcrição da entrevista com o grupo de alunas 2 (GA2) formandas em 2007	102

INTRODUÇÃO

Por que uma fonoaudióloga teria o interesse em realizar uma pesquisa que tratasse sobre a formação do profissional fonoaudiólogo para a Educação Inclusiva?

Mais do que a experiência profissional nessa área possa justificar meu interesse, afirmo que há toda uma história de vida que levou-me a percorrer esse caminho.

Quem não se lembra da primeira amizade?

O primeiro amigo ou a primeira amiga é sempre marcante na vida das pessoas, porque desde cedo é possível descobrir o valor da amizade e o quão fundamental ela é!

Minha primeira amiga foi realmente muito especial. E lembro-me que brincávamos de casinha, de escolinha, enfim, daquelas coisas com que as meninas gostam de brincar. Mas, de vez em quando, ficava brava com ela, pois

combinávamos as coisas e ela não fazia, ou, então, brigava comigo querendo minha boneca, sendo que tinha a dela, ou não entendia quando eu era professora e ela aluna e vice-versa.

Até que certa feita arrancou a cabeça da minha boneca Nana Neném! Chorei muito! Fiquei inconformada!

Foi nesse dia que minha mãe me explicou que eu não devia brigar com ela, pois tinha dificuldade para entender as coisas.

Foi difícil compreender que a minha amiga tinha uma deficiência mental, afinal nossa amizade nunca foi estigmatizada, nunca ouvi coisas como “olha, não brinca com ela não...”, pelo contrário tudo foi muito natural, normal.

Quando, por ocasião do vestibular, a dúvida sobre a escolha profissional assaltou-me, entre a área da saúde e da educação, escolhi a primeira e formei-me fonoaudióloga. Trabalhar com pessoas com deficiências sempre foi minha opção profissional, principalmente no campo da Neurologia. E atribuo isso, também, àquela minha amiga mais que especial!

Dessa maneira, minha experiência profissional me motivou e contribuiu muito para a realização desta pesquisa. O trabalho com crianças com deficiência mental inclusas na rede de ensino é um dos meus campos de atuação.

Nas crianças que atendo e que estão inclusas, observo como é importante o trabalho da escola para o seu desenvolvimento, e a oportunidade de trocar experiências com os professores da rede pública e particular de ensino proporciona valiosa contribuição para aprimorar o trabalho realizado por todos os envolvidos com esta problemática. Entretanto, o que se vê, com certa freqüência, é que nem sempre os profissionais da área da saúde estão preparados para

atuar com a inclusão escolar de crianças com deficiências.

Com o foco na formação do fonoaudiólogo pode questionar:

- De que maneira o curso de Fonoaudiologia compreende essa atuação?
- Como são tratados na graduação os conteúdos concernentes à Educação da criança com deficiência?
- Como deve ser o “agir” fonoaudiológico junto às crianças com deficiência e que estejam inclusas na escola?
- Qual concepção de Educação Inclusiva os alunos do curso de Fonoaudiologia possuem?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar qualitativamente como o curso de graduação em Fonoaudiologia de uma Instituição de Ensino Superior realiza a formação dos universitários para a atuação junto à Educação Inclusiva de crianças com deficiência.

Apresento a minha pesquisa organizada da seguinte forma:

O capítulo 1, intitulado *Fonoaudiologia e Educação Inclusiva*, mostra a relação entre estas duas áreas e apresenta:

- o percurso histórico da Fonoaudiologia, isto é, suas raízes educacionais e a migração da educação para a saúde, a lei 6965/81 que regulamenta a profissão, e demais documentos relativos à profissão de fonoaudiólogo.
- a trajetória histórica da Educação Especial no Brasil.

- a possibilidade de diálogo entre a Fonoaudiologia e a Educação Inclusiva, a relação entre a educação e a saúde e qual é o “fazer” fonoaudiológico na Educação Inclusiva.

O capítulo 2, *Metodologia de Pesquisa*, traz os dados sobre o curso de Fonoaudiologia da Instituição de Ensino Superior pesquisada e também o percurso e procedimentos metodológicos.

O capítulo 3 apresenta *A Formação do Fonoaudiólogo para a Educação Inclusiva* com a análise e discussão dos dados obtidos. Os eixos da discussão são:

- o preparo teórico dos futuros fonoaudiólogos para a atuação na Educação Inclusiva.

- o preparo clínico do fonoaudiólogo para o atendimento terapêutico da criança com deficiência.

- a relação Educação – Fonoaudiologia e sua contribuição para a inclusão escolar de crianças com deficiências.

- a influência da família no processo de inclusão.

Os resultados apresentados nas *Considerações Finais* revelam que, embora seja esta uma atuação recente dentro da Fonoaudiologia, ainda faz-se necessário encontrar o “agir” da Fonoaudiologia dentro da perspectiva da Educação Inclusiva.

CAPÍTULO 1

FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 Da educação à saúde: o percurso histórico da fonoaudiologia

Desconhecendo o início histórico da Fonoaudiologia, muitos fonoaudiólogos acreditam que esta tenha se estruturado como uma consequência natural dos avanços científicos no campo da saúde e da educação, ou, então, que tenha surgido somente em decorrência da necessidade de tratamento de distúrbios da comunicação. Acreditar em tais assertivas é um engano, pois o impulso maior para o surgimento dessa profissão ocorreu no final do século XIX com a necessidade da normatização da língua em virtude das diferenças de linguagem em consequência das variações dialetais que estariam “contaminando” a língua oficial no Brasil. (BERBERIAN, 1993, pp. 6-9).

Entretanto, de acordo com informações do site do Conselho Regional

de Fonoaudiologia - 2ª. região, a história da Fonoaudiologia,

é ainda mais antiga, se considerada a sua associação com a da Educação Especial. A primeira marca identificatória da profissão é da época do Império, com a criação, em 1854, do Imperial Colégio, voltado para meninos cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant), seguido, no ano seguinte, com a criação do Colégio Nacional, destinado ao ensino dos deficientes auditivos. (2006)

Além disso, as primeiras práticas que lhe dão origem também podem ser observadas historicamente a partir de 1889 no quadro econômico e político da Primeira República com a libertação dos escravos, imigração de trabalhadores, valorização do café e a entrada das indústrias norte-americanas. (CUNHA, 1986, pp.149 -151).

Com essa “avalanche” de trabalhadores vindos do exterior e de regiões outras do país, o que se observou foi um acentuado processo de urbanização dos centros industriais e, em consequência disso, o estabelecimento desses trabalhadores próximos aos seus locais de trabalho formarem grupos populacionais.

Todo esse aglomerado foi ameaçador para a sociedade política e industrial da época, e conforme discursos higienistas, educacionais e médicos uma “patologia social” estava se instalando, o que fez com que intelectuais políticos e técnicos mobilizassem política e ideologicamente a opinião social para a restauração da República, a medicalização da sociedade e a construção da nacionalidade brasileira, como é possível notar abaixo:

Com o objetivo de controlar o cotidiano dos diferentes grupos

populacionais e de organizar os trabalhadores em formas de sociabilidade compatíveis com os ideais da modernidade – racionalidade, produtividade e homogeneidade – desencadearam-se, desde os anos de 1910, movimentos reformistas e moralizadores da República e de seus cidadãos. (BERBERIAN, 2000, p.30)

A escola foi, então, o espaço eleito como sendo o mais adequado para se efetuar tais medidas.

Aliados às tendências da Escola Nova, 1932, os reformistas desejavam formar a imagem do brasileiro-padrão, e, assim, os objetivos da escola eram não somente instruir, mas também moralizar seus alunos através de um movimento nacionalista e patriótico; para isso era imprescindível impor a língua pátria, a língua padrão, surgindo, então, a necessidade da normatização da língua em razão das diferenças de linguagem consequentes das variações dialetais que estavam “contaminando” a língua oficial no Brasil. (BERBERIAN, 1993, p. 27).

Dessa forma, “a preocupação com a anormalidade estava, neste sentido, diretamente comprometida com o controle da normalidade” (idem, 2000, p.13).

A reordenação do país era apontada como uma das maneiras de o Brasil ingressar na modernidade capitalista e desenvolver-se industrialmente, e a escola passou a ser, então, o lugar em que esses técnicos haveriam de agir para formar a imagem padrão do brasileiro, sobretudo para os estudantes de origem estrangeira, convertendo-os em cidadãos da nova pátria e em disciplinados trabalhadores industriais.

De acordo com Bacha e Osório (2004, p.217), os primeiros profissionais a exercerem o caráter reabilitador das alterações de fala e

linguagem nas décadas de 1940 e 1950 foram os Ortofonistas, Terapeutas da Palavra ou Logopedistas, que tinham como formação inicial o Magistério e se habilitavam para trabalhar com esses distúrbios através de cursos cuja duração não ultrapassava três meses.

Apenas na década de 1960 foi possível, com a prática e conhecimento sistematizado, a elaboração de um currículo específico para a formação dos cursos acadêmicos, que inicialmente visavam apenas legitimar as práticas de tratamento e de controle da linguagem que já há muito eram utilizadas. Assim, o primeiro curso de Fonoaudiologia a ser institucionalizado foi o da Universidade de São Paulo, em 1960, e o segundo o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 1961 (BACHA; OSÓRIO, 2004, p.218). O curso de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas surgiria em 1971, sendo o pioneiro no interior do estado de São Paulo.

Se suas práticas, datam desde a primeira república, foi somente em 9 de Dezembro de 1981 que a profissão de fonoaudiólogo foi regulamentada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República, João Figueiredo.

Segundo a lei nº. 6.965 de 1981, artigo 1º Parágrafo Único, o fonoaudiólogo é reconhecido como:

o profissional, com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA, 2006)

E o artigo 4º dessa mesma lei faz alusão às seguintes competências do fonoaudiólogo:

- a) desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;
- b) participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;
- c) realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição;
- d) realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;
- e) colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências;
- f) projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas;
- g) lecionar teoria e prática fonoaudiológicas;
- h) dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos;
- i) supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia;
- j) assessorar órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, privados ou mistos no campo da Fonoaudiologia;
- l) participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;
- m) dar parecer fonoaudiológico, na área da comunicação oral e escrita, voz e audição;
- n) realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária pelo currículo.

Das treze competências citadas acima, faz-se mister direcionar a atenção para quatro delas especificamente, que são:

- desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;
- colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências;
- assessorar órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, privados ou mistos no campo da Fonoaudiologia;
- participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos.

Tais competências trazem intrínseca relação no tocante ao trabalho fonoaudiológico no ambiente escolar, pois a Fonoaudiologia pode ser dividida em três áreas: terapêutica, preventiva e estética.

Além disso, os itens que se referem à colaboração dos assuntos fonoaudiológicos relacionados a outras ciências e à assessoria em todos os tipos de estabelecimentos no campo da Fonoaudiologia oferecem possibilidade de discussão sobre a atuação desse profissional junto aos professores e no estabelecimento escolar.

Assim, é possível observar que a atuação do fonoaudiólogo no ambiente escolar não compreende a atuação terapêutica, que deve ser realizada nas clínicas fonoaudiológicas. Na Fonoaudiologia Escolar, o profissional age realizando triagens, encaminhamentos, orientações, assessorias.

Mas Cavalheiro (1996/1997, p. 181) traz em seu texto uma discussão que ocorre entre os profissionais da saúde e da educação: “a atuação do fonoaudiólogo em instituições educacionais tem sido bastante discutida e até mesmo questionada, na medida em que ele é considerado um profissional da saúde”, pois, de acordo com Figueiredo Neto (apud Cavalheiro, 1996-1997) “a relação do fonoaudiólogo com a Educação, desde suas origens, tem contribuído para a medicalização da escola”. E de acordo com Collares e Moysés (apud Cavalheiro, 1996-1997) “a atuação de um profissional da saúde acarreta a patologização desse espaço”

Para esses autores, o trabalho do fonoaudiólogo deveria ser realizado na rede pública de saúde.

Entretanto, analisando a relação saúde-educação, Cavalheiro continua

sua reflexão sobre o papel do fonoaudiólogo na escola discorrendo que, embora seja um profissional reconhecidamente da saúde, suas ações não podem se restringir ao sistema da saúde, uma vez que sem conhecer a realidade da escola em que esse aluno/paciente está inserido, corre-se o risco de atribuir a causa do “fracasso” à própria criança, e, além disso, a escola, ao encaminhar para o sistema de saúde um aluno com um rótulo muitas vezes preconceituoso, pode encontrar um profissional dotado dos mesmos preconceitos, pronto a avalizar esse rótulo.

É nesta perspectiva que se pode concluir que o fonoaudiólogo não pode ser concebido só como um profissional voltado para as questões da saúde, nem tampouco, exclusivamente, como um profissional da educação. A dialética saúde-educação deveria ser uma constante na sua prática e valorizada na sua formação (...) (CAVALHEIRO, 1996/1997, p.184)

Essa relação fonoaudiologia – educação tem raízes históricas profundas já citadas no texto, desde que “a profissão do fonoaudiólogo nasceu ligada à atividade pedagógica do professor, mas o caráter reabilitador exigiu mais aproximação da área médica.” (BACHA; OSÓRIO, 2004, p.218).

Considerando essa migração, é possível verificar as inúmeras possibilidades de atuação do fonoaudiólogo que vão desde os hospitais às escolas, das clínicas de reabilitação às instituições especializadas, das empresas às unidades básicas de saúde. E com o aumento de matrículas de alunos com deficiências na escola regular, associado ao fato de a Fonoaudiologia trabalhar também com aspectos referentes à comunicação humana e ter uma ação importante junto a professores, uma novo “agir” fonoaudiológico está surgindo,

ainda timidamente - o trabalho do fonoaudiólogo na Educação Inclusiva.

Entretanto, para que seja possível estudar o processo de inclusão de crianças nas escolas regulares, bem como analisar a participação do fonoaudiólogo neste processo, faz-se mister a reflexão referente ao acesso das pessoas com deficiência à educação dentro do contexto histórico e a verificação de como a legislação brasileira compreende a Educação Especial.

1.2 A educação especial e sua trajetória no Brasil

Jannuzzi (2004, p.6) revela que, no final do século XVIII e início do século XIX, a escolarização era oferecida, prioritariamente, aos pertencentes às classes dominantes. Por isso, em 1878 apenas 2% da população era escolarizada, embora a primeira Constituição do Brasil (1824) faculte “instrução primária e gratuita a todos”. Já os deficientes eram acolhidos em hospitais (Santas Casas de Misericórdia) e asilos.

Estimuladas pela filantropia, foram inauguradas duas instituições governamentais para a educação do cego e do surdo no século XIX: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, posteriormente Instituto Benjamin Constant; e o Instituto dos Surdos - Mudos, em 1856, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

Já Silveira Bueno (1993, p. 85), referindo-se aos dois institutos anteriormente citados, revela que

o surgimento de internatos dedicados à educação especial parece refletir a importação de um certo espírito “cosmopolita” dos grandes centros, consubstanciado pela criação dos institutos, mais como resultado do interesse de figuras próximas ao poder constituído do que pela sua real necessidade.

Mazzotta (1996, p.29) salienta em seu texto que o INES foi caracterizado como um estabelecimento educacional em que os meninos “surdos-mudos” com idade entre 7 e 14 anos recebiam uma educação literária e o ensino profissionalizante, e que mais tarde, tanto nesse, como no Instituto Benjamin

Constant, foram instituídas oficinas para aprendizagem de ofícios, tais como: tipografia, encadernação e tricô para os meninos e meninas cegas e sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos.

O mesmo autor relata que há registros sobre outras ações voltadas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes.

Em 1874 o Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência aos deficientes mentais. Sobre o tipo de assistência prestada, há, no entanto, informações insuficientes para sua caracterização como educacional. Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional; ou ainda, atendimento médico-pedagógico (ibidem, p. 30)

A educação especial no Brasil foi se expandindo lentamente após a proclamação da República, e gradativamente, a deficiência mental foi assumindo primazia,

não só pelo maior número de instituições a ela dedicadas que foram sendo criadas, como pelo peso que ela foi adquirindo com relação à saúde (a preocupação com a eugenia da raça) e à educação (a preocupação com o fracasso escola). (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 87)

Somente após a década de sessenta, do século XX, ambulatórios reunindo profissionais da saúde e professores são implementados. (JANNUZZI, 2004, p.17).

Em 1961, houve a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 4024/61) que apresentou a educação de excepcionais com um título (X) e com dois artigos (88 e 89), destacada da educação de grau

primário.

Quanto à LDB, Mazzotta (1996, p.68) explica que, no Artigo 88, quando é reafirmado o direito da criança com deficiência à educação, sendo proposta que sua inclusão ocorra, o quanto possível, dentro do sistema geral de educação, tal assertiva abre espaço para que a interpretação se faça levando em consideração o fato de que a educação das pessoas deficientes deve acontecer com a utilização dos mesmos recursos organizados para a população em situação comum de ensino, mas que quando não for possível dentro desse sistema, pode se realizar através de serviços educacionais especiais. Indo mais além, também sugere uma reflexão sobre a colocação: sistema geral de educação. Pois o termo “geral” teria um sentido mais genérico, envolvendo situações diversas, ou seja, um sentido mais universal, e dessa forma, “estariam abrangidos pelo sistema geral de educação tanto os serviços educacionais comuns quanto os especiais”.

Em contrapartida, continua o autor, também é possível compreender o artigo citado partindo-se do pressuposto de que, quando a educação de crianças com deficiências não se enquadrar no sistema geral de educação, estará relacionada a um sistema especial de educação. E, dessa maneira, seria possível compreender que as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar ou geral de educação.

No que se refere ao Artigo 89 dessa mesma lei, o autor revela que os Poderes Públicos apresentam compromissos de dispensar tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções a toda iniciativa privada que seja relacionada à educação das crianças com deficiências; contudo, como não ficam explícitas as condições de ocorrências dessa educação, ou seja, se no

sistema geral de educação, ou fora dele, várias implicações ocorreram, pois quaisquer serviços de atendimentos educacionais, mesmo os que não estavam incluídos como escolares, mas eram considerados eficientes pelos Conselhos Estaduais de Educação, tornavam-se elegíveis ao “tratamento especial”.

O documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aprovado em 11 de setembro de 2001 pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), indica que o alunado com necessidades educacionais especiais é aquele no qual há dificuldades acentuadas de aprendizagem (justificadas ou não por uma causa orgânica); que apresenta dificuldades de comunicação e que utilize de sinalização diferenciada dos demais alunos; e, por fim, aquele que apresenta altas habilidades ou superdotação.

E Prieto e Sousa (2002, p. 128) esclarecem que

a Constituição Federal de 1988 é a primeira, dentre nossas constituições, que inscreve de modo explícito o direito ao ‘atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino’ (Art. 208, inciso III).

A Lei de Diretrizes e Bases em vigor, lei nº. 9394/96, capítulo V, artigos 58, 59 e 60 também revela a importância de serviços de apoio especializado que subsidiem a inclusão da criança e do adolescente.

1.3 Fonoaudiologia e Educação Inclusiva: um diálogo possível?

Se a Fonoaudiologia guarda raízes profundas com a Educação, a Educação Especial também traz em sua história uma ligação estreita com a área da saúde.

Desde o início do século XX, há registros que relacionam saúde e educação e que indicam o interesse da sociedade para com a educação das pessoas com deficiências.

Tais registros são trabalhos científicos e técnicos publicados e retratados por Mazzotta (1996, p.30-31), como é o caso da monografia intitulada *Da Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas*, apresentada pelo Dr. Carlos Eiras durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro em 1900; e por volta de 1915, outros três trabalhos foram publicados sobre a educação de deficientes mentais, a saber: *A educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil* (de autoria do Professor Clementino Quaglio, São Paulo), *Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência* e *A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas da América Latina* (ambos de autoria de Basílio de Magalhães, Rio de Janeiro). E na década de vinte, o Professor Norberto de Sousa Pinto (Campinas, São Paulo) lança o livro *Infância Retardatária*.

Nota-se, ainda nessa mesma época, a preocupação para com a higienização da população, sobretudo no que concerne à questão da deficiência mental, já que

essa preocupação pode ser interpretada como o início do processo de legitimação da segregação pelos especialistas do *aluno diferente*, na medida em que a escolaridade passou a ser uma expectativa social mais abrangente, principalmente em relação à população rural que se deslocava para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. (SILVEIRA BUENO, 1993, p.89)

Dessa forma, foi criada a inspeção médico-escolar, na qual uma de suas normas consistia na seleção de “anormais”; e tal inspeção revelava, no que diz respeito à educação especial, medidas para a separação do bom aluno daqueles que possuíam anormalidades intelectuais, morais ou pedagógicas.

Jannuzzi (2003, p. 213) faz uma reflexão a respeito da relação saúde-educação na Educação Especial, em decorrência da necessidade multidisciplinar que a caracteriza. A autora revela, ainda, que essa mesma ambigüidade é observada na formação dos professores, já que o enfoque terapêutico é mais valorizado que o pedagógico, além de que “percebe-se a tentativa de procurar reunir profissionais de todas as áreas para um trabalho conjunto, porém, muitas vezes, em lugar de complementação, de troca, prevalece enfoque de uma área, amortecendo e até extinguindo as outras”

Esse imbricamento da saúde e da educação tem origem na própria história da Educação Especial, mas também relaciona-se com o estabelecimento das ONGs no Brasil a partir da década de 30, “anexando os serviços de saúde nas escolas, tentando resolver os complexos problemas dessas crianças” (Ibidem, p. 215).

Em seguida, Gilberta Jannuzzi (ibidem, p.216) relata que profissionais da área da saúde da Europa também foram buscar as teorias de conhecimento, métodos e técnicas com educadores para, posteriormente, distinguirem seu

trabalho da área educacional. Tal esforço apresentou suas vantagens, que beneficiaram também a criança “normal”, como é o caso do material montessoriano.

A questão da formação dos profissionais da saúde e da educação para a Educação Inclusiva é algo que durante muito tempo gerou contradições e dúvidas, mas o que está sendo possível observar na atualidade é um esforço maior de ambas as áreas para identificar quais seus espaços, limites, ações em comum, através das alterações curriculares em decorrência de resoluções, portarias e regimentos legislativos, como é o caso da Portaria Ministerial nº 1793 que recomenda em seus três primeiros artigos:

Artigo 1º Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLÍTICOS-EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Artigo 2º Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos Ético – Políticos - Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no curso de Serviço social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Artigo 3º Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial. (BRASIL, 2007)

Mantovani (2006, p.80), em sua dissertação, afirma que:

A Portaria Ministerial nº 1793, ao mencionar a inclusão de disciplinas nos currículos oficiais dos diferentes cursos, vem ao encontro de uma perspectiva de possibilitar ao futuro profissional reflexões e discussões alusivas aos aspectos científicos, sociais e educacionais relacionados às

deficiências e valoriza a colocação de um espaço específico como disciplina para discussão teórico-prática da escola inclusiva, para que esta não seja, uma atividade fragmentada (...)

Há, sem dúvida, um papel importante a ser desempenhado pelo profissional da saúde na Educação Especial, na Educação Inclusiva; todavia, faz-se mister que se estude qual a melhor forma desse “diálogo” ocorrer.

Assim também ocorre com o fonoaudiólogo.

Seu trabalho junto à equipe de professores envolvidos na inclusão escolar de crianças com deficiências, embora seja uma atuação recente dentro da Fonoaudiologia, tem se demonstrado relevante; afinal, na medida em que esse profissional pode colaborar no processo inclusivo dessas crianças, os professores, por sua vez, também fornecem contribuições que são de grande valia e importância no processo terapêutico. Contudo, alguns questionamentos se levantam a respeito desse “agir fonoaudiológico”, tais como:

- De que forma o fonoaudiólogo pode contribuir com as adaptações do ambiente escolar possibilitando à criança com deficiência uma melhor autonomia, posicionamento, interação?

- Como promover momentos de trocas entre professores e fonoaudiólogos como meio de possibilitar o sucesso da inclusão de crianças com deficiências?

- De que maneira deve ser o “agir fonoaudiológico” dentro do ambiente escolar?

Entende-se que na reflexão sobre a formação desse profissional pode

ser possível vislumbrar como está ocorrendo essa atuação, verificar como a universidade tem trabalhado na formação dos fonoaudiólogos para essa prática e, a partir daí, refletir sobre os desafios e perspectivas da profissão para a Educação Inclusiva.

Embora haja um esforço por parte desta pesquisadora em não deixar a marca do fonoaudiólogo como o orientador do professor, é importante revelar que, ainda assim, durante a elaboração deste trabalho há momentos em que a característica da dominância do profissional da saúde aparece de maneira mais ou menos velada.

Tal fato, possivelmente, seja derivado da formação inicial em Fonoaudiologia, cujas marcas da soberania das áreas da saúde são ainda presentes.

Entretanto, a força em mudar a concepção da participação do fonoaudiólogo na escola inclusiva se faz de maneira intensa, já que as trocas entre os profissionais envolvidos são de grande valia para uma educação cada vez mais inclusiva.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA DE PESQUISA

Como o objetivo da presente pesquisa foi analisar qualitativamente como os alunos do curso de Fonoaudiologia de uma Instituição de Ensino Superior estão sendo preparados para a Educação Inclusiva, os procedimentos metodológicos adotados para a obtenção de dados foram: entrevista semi-estruturada individual com o diretor do curso, duas entrevistas em grupo com alunas formandas e análise documental. A análise dos dados teve caráter qualitativo e a identidade dos participantes da entrevista foi preservada, e para fins de organização dos dados utilizou-se apenas as iniciais dos nomes dos envolvidos.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi aprovada em outubro de 2006, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por envolver seres humanos.

2.1 Percurso e procedimentos metodológicos

1 Entrevistas semi-estruturadas:

Foram realizadas três entrevistas, uma individual com o diretor do curso de Fonoaudiologia e duas coletivas, ou em grupo, com as alunas formandas em 2006 e 2007. Nas três ocasiões, os entrevistados foram informados quanto aos objetivos da pesquisa, bem como quanto ao andamento das entrevistas, permitiram que o momento fosse gravado em fita cassete, leram, concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após esses esclarecimentos, as entrevistas começaram e tiveram a duração média de uma hora.

Sendo uma das principais técnicas de captação de dados em pesquisas qualitativas, a entrevista permite uma atmosfera de interação entre o pesquisador e o pesquisado, e além disso,

(...) permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas. Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.34).

Para a entrevista com o diretor do curso de Fonoaudiologia da IES pesquisada, um roteiro básico para orientar pesquisador e pesquisado foi elaborado, contudo, houve liberdade em se fazerem as adaptações que fossem necessárias no momento da entrevista. Abaixo são apresentados os tópicos

abordados no roteiro:

- Quem é o fonoaudiólogo que a universidade pretende formar?
- Como o estudante de Fonoaudiologia é preparado para atuar nos estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental?
- Como se dá o preparo dos alunos para a Educação Inclusiva ou de que forma a Educação Inclusiva está sendo tratada na graduação?

No que diz respeito às entrevistas coletivas com as alunas do curso, é importante salientar que, inicialmente, pensou-se em realizar um grupo focal como meio para obtenção dos dados; entretanto, por falta de um número compatível de entrevistadas para cumprir as exigências que a metodologia solicita, a entrevista em grupo foi a opção escolhida.

O motivo pelo qual havia sido optado o grupo focal foi que

O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar (GATTI, 2005, p. 9).

A vantagem dessa metodologia é que o somar das opiniões de vários participantes simultaneamente traz maiores informações sobre o assunto tratado do que se tais dados fossem obtidos individualmente.

O critério de admissão dos participantes é de no mínimo de seis e o máximo de dez pessoas por reunião, pois com um número inferior a seis há o risco de alguns participantes sentirem-se intimidados pelos que são mais extrovertidos e também de as idéias se dispersarem com mais facilidade; em

contrapartida, um número de participantes superior a dez pode se tornar mais difícil de ser gerenciado pelo moderador. As reuniões duram aproximadamente duas horas.

Todavia, como justificado anteriormente, foram realizadas duas entrevistas em grupo com quatro alunas em cada ocasião, sendo que a entrevista com o primeiro grupo foi realizada em novembro de 2006 e o segundo, em abril de 2007.

Mesmo não sendo possível realizar o grupo focal, as entrevistas coletivas trouxeram grande contribuição para a pesquisa, pois, quando é possível reunir várias pessoas ao redor de um assunto em comum, é possível que os envolvidos estimulem-se uns aos outros, “avançando em idéias que podem explorar mais tarde.” (BOGDAN; BIKLEN, 2003, p.138)

As entrevistas coletivas permitiram o diálogo entre as alunas, e a descrição de experiências que tiveram ou que presenciaram com outras colegas de turmas, recordações e lembranças dos anos iniciais da graduação foram eliciadas com maior facilidade, e,

além disso, como não só o pesquisador detém autoridade para fazer perguntas ou comentários sobre a fala dos entrevistados, a influência do poder e da posição hierárquica parecem diminuir; os problemas são apresentados com suavidade e tensão, o conhecimento é compartilhado e confrontado, a diversidade é percebida face a face. (KRAMER, 2003, p. 64)

Em ambas as ocasiões, as entrevistas ocorreram na Clínica de Fonoaudiologia da IES pesquisada.

Na primeira entrevista, as alunas referiram estar desde muito cedo na clínica atendendo, era final de ano, estavam visivelmente cansadas e relataram-se preocupadas, pois tinham ainda trabalhos para serem entregues em determinadas disciplinas. Já na segunda situação, as alunas estavam mais bem dispostas, embora também tenham colaborado com a entrevista num dia após atendimentos e o fato talvez se deva também em decorrência da atividade ter ocorrido no início do ano, ao contrário da primeira.

Para que houvesse um ambiente mais descontraído, para que as recordações pudessem surgir, foi proposto para os dois grupos que montassem um singelo quebra-cabeça que formaria a seguinte frase: “A Fonoaudiologia e a Educação Inclusiva”, e a partir daí as discussões começaram e gradativamente as questões norteadoras das entrevistas foram sendo colocadas para que as formandas pudessem responder.

As perguntas que nortearam o momento das entrevistas coletivas foram:

- Como o fonoaudiólogo pode contribuir na inclusão escolar das pessoas com deficiência?
- Como ocorreu a formação de vocês para atuarem na perspectiva da Educação Inclusiva?

Após as entrevistas, que foram gravadas em áudio, as transcrições foram realizadas para que a análise dos dados pudesse ocorrer, e para cada entrevista realizada foram utilizadas, aproximadamente, três horas para que as transcrições pudessem ser efetuadas. Em seguida, foram lidas inúmeras vezes para que os eixos temáticos pudessem ser formados.

2. Análise documental:

De acordo com Lüdke e André (1986, p.39),

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Para tanto, foram utilizados os seguintes documentos para a análise:

- Lei 6965/1981 que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA, 2006);
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área de Saúde, especificamente de Fonoaudiologia (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA/2006);
- Projeto Pedagógico do Curso de Fonoaudiologia.

2.2 O curso de Fonoaudiologia da Instituição de Ensino superior pesquisada

O Projeto Pedagógico do curso de Fonoaudiologia da IES pesquisada sofreu sua última reestruturação curricular no ano de 2001; entretanto, no ano de 2005 foi elaborada e aprovada a “Proposta de Alterações Emergenciais” que envolvia a antecipação de algumas disciplinas.

No Projeto Pedagógico constam o histórico, as justificativas e fundamentos do curso, bem como seus objetivos, perfil profissiográfico, estrutura curricular e infra-estrutura, que serão descritos de maneira sucinta a seguir:

Histórico do Curso:

Em 1971, teve início o curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade pesquisada, e desde o início o que se pretendia era formar um profissional de graduação plena. O Plano de Curso foi aprovado em 07/10/1975 (parecer Conselho Federal de Educação – C.F.E. nº 3971/75) e o curso reconhecido em 31/01/1978 (parecer C.F.E. nº 08/78) em nível de graduação plena, com uma carga horária de 2400 horas.

Conforme o currículo foi sendo ampliado, a carga horária foi aumentando, chegando, no ano de 1981, a 3200 horas, além de 2400 horas de disciplinas optativas, já que nesta época o curso funcionava em período integral. Foi neste momento que, por solicitação da Vice-Reitoria Acadêmica, houve adequação do curso aos propósitos e à realidade da Universidade, assinalando

que, como o currículo mínimo de 1800 horas não satisfazia à formação do Bacharel, deveriam-se manter as 2400 horas. Tal adaptação foi realizada.

Entretanto, conforme a resolução do C.F.E. nº 06 de 06 de Abril de 1983, houve nova reestruturação curricular, iniciando-se a implantação de um novo currículo, no qual a duração do curso passou a 2730 horas, com 330 horas de Estágios Supervisionados, carga horária não computada na carga horária total do curso, conforme artigo 2º da resolução citada anteriormente. Este currículo permaneceu vigente até 1993, quando novo currículo foi aprovado pelo CONCEP (nº 183 de 09 de Dezembro de 1993), sendo implantado a partir de 1994; a carga-horária total estabelecida foi de 3630 horas, sendo 1110 horas de Estágio Supervisionado (900 horas de estágio direto e 210 horas com supervisão à distância) computadas na carga-horária total do curso.

Já em 1998, tendo em vista a exigência da Lei de Diretrizes e Bases no que diz respeito ao número de dias letivos a serem cumpridos (200 dias, no mínimo), houve nova alteração da carga-horária total que passou a 4114 horas sendo 1258 horas de Estágio Supervisionado (1020 horas de estágio com supervisão direta e 238 horas com supervisão à distância).

E, em 1999, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, atendendo à promulgação da Lei 9394/96, que estabelece novas Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, além de Decretos e Resoluções que a regulamentam e as Diretrizes Curriculares, solicitou que os cursos de toda a Universidade estudassem sua reestruturação curricular a ser implantada a partir de 2001. Dessa maneira, atendendo a essa solicitação, o curso de Fonoaudiologia também fez seu estudo e elaborou sua reestruturação curricular.

Proposta curricular atual:

No ano de 2000, nova reestruturação curricular se aplicou, determinada pelas mudanças da política educacional e pela própria Fonoaudiologia que se consolida como campo de saber. Além disso, nesse cenário, também a IES apresenta transformações e traça parâmetros e metas que também se refletem nesta reestruturação curricular que impõe uma revisão crítica e atualizada do perfil do profissional que o curso pretende formar.

E fazendo referência à história da Fonoaudiologia e sua relação aos movimentos nacionalistas, à homogeneização da língua e às ações corretivas na área da Educação (já citados no início da pesquisa), o texto retirado do Projeto Pedagógico da Instituição de Ensino Superior Pesquisada prossegue referindo-se que, em virtude de sua história e características, a Fonoaudiologia, considerando que seu objeto de estudo é a comunicação humana e quando se volta à saúde do indivíduo, no que diz respeito às alterações de sua comunicação, alcança grande relevância social, principalmente quando se verifica a incidência dos distúrbios da comunicação na população em geral. Dessa maneira, é grande a responsabilidade da Universidade em formar profissionais competentes para atender às necessidades da ciência e da sociedade, valorizando a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando a divulgação dos conhecimentos adquiridos à comunidade acadêmica e sua aplicação à população.

Mais adiante, o Projeto Pedagógico relata uma pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia do Estado de São Paulo em 1997 na qual é revelada a ascensão da profissão e também os locais em que estes profissionais

trabalhavam. E, na seqüência, demonstra que a clínica de Fonoaudiologia da Universidade pesquisada era, na região em que está localizada, centro de referência, por ser, à época, a única a oferecer atendimentos gratuitos nas áreas de Audiologia, Avaliação e Terapia Fonoaudiológica. Contudo, nos últimos anos, outros cursos de Fonoaudiologia foram sendo instituídos em Universidades da região.

E o tópico finaliza revelando que, embora tenha havido um crescimento da abertura de cursos, foi observado uma diminuição da procura dos vestibulandos para esse curso, observada por várias Universidades, o que revela uma contradição e aponta para a necessidade de repensar e reformular aspectos que possam atender às expectativas, possibilidades e necessidades da clientela universitária, sobretudo do profissional que a IES pesquisada pretende formar.

Fundamentos do curso

Como trata-se de uma IES confessional há a preocupação em ressaltar que o Projeto Pedagógico tem por base a formação humanista enfatizada pela identidade cristã, preocupando-se com a formação integral do aluno com a finalidade de formar um profissional competente para intervir nos diferentes campos da comunicação apoiado na formação teórica que busca integrar o conhecimentos das diferentes áreas da ciência que estudam o homem nos seus diversos aspectos (físico, biológico, social, emocional e comportamental).

Há a preocupação com a articulação entre teoria e prática e com a superação do currículo como grade de disciplinas, entendendo-o como um conjunto organizado de conteúdos, experiências e vivências, visando o

desenvolvimento integral do aluno. Além disso, enfatiza a atuação fonoaudiológica apoiada na transdisciplinaridade, isto é, compreendendo o mundo com base na união do conhecimento.

Objetivos do curso

Os objetivos geral e específicos serão transcritos a seguir em sua totalidade para que haja maior aproveitamento dos conteúdos que trazem à lume.

O objetivo geral traz a questão da

formação ético-científico-cultural do Fonoaudiólogo, capacitando-o a avaliar, prevenir e intervir nos distúrbios da comunicação e atuar no aprimoramento de aspectos envolvidos na linguagem oral e escrita e no sistema sensório motor oral.

E os objetivos específicos referem-se a:

- Promover o aperfeiçoamento do estudante tanto no plano pessoal quanto no social, pelo desenvolvimento do auto-conhecimento, de uma visão crítica da realidade e pelo aprimoramento ético.
- Habilitar o estudante de Fonoaudiologia para desenvolver um trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação oral e escrita, voz e audição, realizar terapia fonoaudiológica e o aperfeiçoamento dos padrões da voz, fala, linguagem e motricidade oral.
- Propiciar o desenvolvimento de atitude científica para propor, participar e desenvolver pesquisas fonoaudiológicas.
- Habilitar o futuro profissional a assessorar, no âmbito do conhecimento fonoaudiológico, a equipe profissional integrante de diferentes órgãos e estabelecimentos institucionais.

Perfil profissiográfico:

Apoiado nos objetivos citados anteriormente, o documento em questão revela que o perfil do fonoaudiólogo a ser formado prima por levar a constituir um profissional ético, eficiente na caracterização dos distúrbios da comunicação e sempre atualizado no tocante ao conhecimento necessário para a formulação de diagnósticos, intervenção terapêutica, assessoria e planejamento de serviços fonoaudiológicos. Além disso, um profissional crítico, que se preocupe com as necessidades da sociedade e com as transformações sociais e históricas.

O Projeto Pedagógico destaca como um dos fundamentos do curso o desenvolvimento no aluno da competência em aprender a aprender, já que a formação profissional não cessa com a graduação.

Estrutura curricular

A organização curricular do curso é semestral, sendo que do 1º ao 6º semestre são oferecidas sete disciplinas, no 7º semestre seis disciplinas e no 8º semestre cinco disciplinas. Vale ressaltar que as aulas práticas iniciam-se logo no 1º semestre para as disciplinas básicas e no 4º semestre as aulas práticas para as disciplinas profissionalizantes têm início. E os estágios profissionalizantes são realizados nos últimos quatro semestres perfazendo um total de 1020 horas. Além disso, de acordo com as Diretrizes da universidade pesquisada, a organização curricular ainda prevê, com carga horária complementar, as Práticas de Formação que se constituem na possibilidade constante de atualização curricular.

O currículo foi elaborado tendo em vista as Diretrizes Curriculares elaboradas pela Comissão de Especialistas da Secretaria de Educação Superior – Ministério da Educação (SESU/MEC) em 1998 e com base nos Parâmetros e

Metas Institucionais para a Reformulação Curricular dos Cursos de Graduação da universidade pesquisada e compreende uma carga-horária total de 3774 horas divididas nos seguintes núcleos:

- núcleo comum com carga horária de 918 horas
- núcleo profissionalizante com carga horária de 2516 horas
- núcleo de pesquisa com carga horária de 170 horas
- núcleo complementar com carga horária de 170 horas

Cada núcleo é composto por disciplinas teóricas, práticas, teórico-práticas, estágios supervisionados e por práticas de formação; entretanto, para efeito desta pesquisa somente foram mencionadas as disciplinas e estágios supervisionados, por semestres, cujos ementários e/ou conteúdos programáticos revelaram uma relação entre Fonoaudiologia e Educação e sua contribuição para a inclusão escolar de crianças com deficiências e com a questão da formação do fonoaudiólogo para a Educação Inclusiva, tema e objetivo deste trabalho.

1º. Semestre:

- Fonoaudiologia Geral
- Genética Humana
- Neuroanatomia aplicada à Fonoaudiologia
- Tópicos em Psicologia A

2º. Semestre:

- Neuroanatomia Funcional Aplicada à Fonoaudiologia
- Psicologia Aplicada à Fonoaudiologia

- Tópicos em Psicologia B

3º. Semestre:

- Avaliação Fonoaudiológica: comunicação oral

- Neuropatologia

4º. Semestre:

- Patologias do Sistema Auditivo

- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Mental

- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Auditiva

5º. Semestre:

- Fonoaudiologia, Educação e Saúde Pública

- Estágio Supervisionado em Avaliação Fonoaudiológica I

6º. Semestre:

- Fonoaudiologia Preventiva

- Distúrbios da Comunicação: Paralisia Cerebral

- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica II

- Estágio Supervisionado em Avaliação Fonoaudiológica II

- Estágio Supervisionado em Audiologia II

7º. Semestre:

- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica III

- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Preventiva A

- Estágio Supervisionado em Audiologia III

Não há registros de disciplinas teóricas que tenham relação com os objetivos da pesquisa

8º. Semestre:

- Recursos Tecnológicos Aplicados à Fonoaudiologia
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica IV
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Preventiva B
- Estágio Supervisionado em Audiologia IV

Todas as informações acima mencionadas foram extraídas do Projeto Pedagógico do curso de Fonoaudiologia da Universidade pesquisada e que foi cedido à pesquisadora como fonte de obtenção e análise de dados.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DO FONAUDIÓLOGO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Análise e discussão dos dados

Para efeito da análise dos dados foi observada a escassez tanto no meio educacional quanto fonoaudiológico de publicações de obras que envolvessem o trabalho fonoaudiológico para a Educação Inclusiva. O que na maioria das vezes foi encontrado versava sobre temas que abrangiam a questão exclusivamente clínica da atuação fonoaudiológica nos pacientes com deficiência. Por esta razão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos das seguintes revistas: Revista CEFAC, Pró-Fono, Fono Atual, Revista Brasileira de Educação Especial, Temas sobre Desenvolvimento e Caderno Cedes, que abrangeu os volumes referentes aos anos de 2000 a 2006, sendo que as três primeiras são específicas da área fonoaudiológica.

Entretanto, mesmo com essa busca bibliográfica, houve muita dificuldade em encontrar artigos que se relacionassem com o objetivo deste trabalho.

Para apresentar os dados referentes às entrevistas, duas siglas são utilizadas para as identificações, a saber:

- GA1: Grupo de Alunas 1. Formandas em 2006.
- GA2: Grupo de Alunas 2. Formandas em 2007.

Após as leituras dos documentos referidos anteriormente e após as entrevistas terem sido transcritas e lidas detalhadamente, foi possível elencar quatro eixos temáticos para a análise dos dados:

3.2.1 O preparo teórico dos futuros fonoaudiólogos para a atuação na Educação Inclusiva.

3.2.2 O preparo clínico do fonoaudiólogo para o atendimento terapêutico da criança com deficiência.

3.2.3 A relação Educação – Fonoaudiologia e sua contribuição para a inclusão escolar de crianças com deficiências.

3.2.4 A influência da família no processo de inclusão.

3.2.1 O preparo teórico dos futuros fonoaudiólogos para a atuação na Educação Inclusiva

Neste eixo, são apresentados os dados que se referem ao preparo teórico dos universitários, por meio das disciplinas teóricas ministradas ao longo do curso de Fonoaudiologia.

Disciplinas envolvidas:

- Fonoaudiologia Geral
- Genética Humana
- Neuroanatomia aplicada à Fonoaudiologia
- Tópicos em Psicologia A
- Neuroanatomia Funcional Aplicada à Fonoaudiologia
- Psicologia Aplicada à fonoaudiologia
- Tópicos em Psicologia B
- Neuropatologia
- Patologias do Sistema Auditivo
- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Mental
- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Auditiva
- Distúrbios da Comunicação: Paralisia Cerebral
- Recursos Tecnológicos Aplicados à Fonoaudiologia

No total, são treze disciplinas de fundamentos teóricos referentes à fisiologia, patologias, desenvolvimento normal e patológico e que são subsídios

para a atuação clínica e educacional do fonoaudiólogo e, quanto a esse assunto, relatos importantes surgiram dos grupos de alunas e por parte do diretor do curso.

Foi interessante observar que as alunas, auxiliando-se mutuamente, se recordaram das disciplinas que de alguma forma trataram das questões da deficiência e da inclusão durante sua formação, sendo que todas as matérias a que se referem, realmente constam na relação citada anteriormente nesta categoria:

“Em paralisia cerebral entramos na questão da inclusão, DM¹, DA², todas acabaram dando um foco na questão da inclusão.”(GA2)

“(...) quando nós tivemos aula com a B. sobre deficiência auditiva, ela trouxe uma pessoa pra falar de inclusão. Com a L. tivemos PC³ e gagueira e nas duas matérias ela falou da inclusão.”(GA2)

Embora, de acordo com o relato das alunas, as disciplinas façam referências às questões pertinentes à inclusão, nenhuma adentra no assunto com a profundidade que é necessária, e em decorrência falta clareza, nos depoimentos, a respeito do que, realmente, elas consideram como inclusão.

¹ Deficiência mental

² Deficiência auditiva

³ Paralisia cerebral

E o que se observa no relato a seguir é que a proposta do curso é formar esse futuro profissional para atender a todas as deficiências que se relacionem com a comunicação:

“Bom, nós temos a idéia atualmente de formar um profissional mais generalista, preparado para o atendimento ao SUS⁴, e para todas as deficiências encontradas que tenham relação com a comunicação.” (Diretor)

Entretanto, o que se verifica nas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso é que há a preocupação com a deficiência mental, deficiência auditiva, deficiência física (quando se trata da paralisia cerebral) e, todavia, quanto à deficiência visual não foram observados documentos sobre isso. E quando questionado às alunas sobre o atendimento de crianças com deficiências na clínica fonoaudiológica da IES, foi possível verificar que não há demanda de pacientes com deficiência visual:

“D. V.⁵ não aparece?” (Entrevistadora)

“Não, não” (GA1)

A questão da linguagem na criança com deficiência visual é fator importantíssimo, já que é através das relações do homem com o meio sócio-

⁴ Sistema Único de Saúde

⁵ Deficiência visual

cultural ao qual está inserido que ocorre o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Afinal,

“A linguagem surge inicialmente como um meio de comunicação entre a criança e as pessoas em seu ambiente. Somente depois, quando da conversão em fala interior, ela vem a organizar o pensamento da criança, ou seja, torna-se uma função mental interna” (VIGOTSKY, 1998, p. 117)

Caiado (2003, p. 39) afirma que

Não se nega que, biologicamente, a cegueira é muito limitadora, porque ela impede a pessoa de se locomover, explorar novos espaços e receber informações visuais. Porém, socialmente ela não é limitadora, porque a pessoa cega, pela palavra, pela comunicação com o outro, apropria-se do real ao internalizar os significados culturais.

É importante revelar que, embora uma criança cega ou com visão subnormal possa desenvolver a linguagem, já que este desenvolvimento não depende exclusivamente do recurso visual, é possível que ocorram atrasos e alterações durante as fases iniciais da aquisição da linguagem e, além disso, nas crianças com déficits visuais pode haver erros durante a emissão de padrões fonéticos que são observáveis, como nos sons bilabiais (OLIVEIRA; MARQUES, 2005, p.410). E tais alterações comunicativas são de interesse da Fonoaudiologia.

Além disso,

a falta da informação visual também é indicada como responsável

por atrasos durante as fases iniciais da aquisição da linguagem em crianças com deficiência visual em decorrência de outros fatores envolvidos nesse processo, como por exemplo o desenvolvimento motor e cognitivo (OLIVEIRA; MARQUES, 2004, p. 374)

Fato que merece destaque foi que, para a análise dos dados apresentados acima, foram pesquisadas três revistas científicas da área de fonoaudiologia (Pró-fono, CEFAC e Fono Atual), nos anos que compreendiam os exemplares de 2000 a 2006, e não foram observados artigos que retratassem o papel do fonoaudiólogo com a criança cega. Somente nas revistas Temas sobre Desenvolvimento e Revista Brasileira de Educação Especial, cujos exemplares acompanham os mesmos anos dos citados anteriormente, foram encontrados apenas três artigos que relatavam a importância da aquisição e da estimulação da linguagem em crianças com deficiência visual.

O que revela que no meio acadêmico e científico ainda há muito a se explorar na atuação fonoaudiológica para com crianças com as mais diversas deficiências.

Sem dúvida, é de suma importância que o profissional conheça os processos genéticos, fisiológicos, referentes ao desenvolvimento normal e patológico das áreas que compreendem a Fonoaudiologia para que seja capaz de avaliar, diagnosticar, prevenir e tratar as alterações encontradas, porque

problemas relacionados aos órgãos da visão, audição, assim como os problemas cognitivos e motores, são considerados prováveis causadores de distúrbios e linguagem, afetando a comunicação humana (PRUDENTE, 2004, p. 29).

E a importância deste preparo aparece algumas vezes no discurso, sobretudo, das alunas formandas como uma das formas de o fonoaudiólogo contribuir com o professor no processo da inclusão:

“O professor não conhece a fisiologia, e muitas vezes a deficiência em si. Ele está mais voltado para a área de humanas e não para a área de biológicas e ele não conhece a patologia de uma forma que o fonoaudiólogo pode conhecer.”

(GA1)

“Também aprendemos sobre as patologias em si, as causas, tratamento, e ao mesmo tempo víamos em Saúde Pública sobre ações políticas e depois a gente começou a ter contato com isso.” (GA1)

“E as disciplinas de leitura e escrita, paralisia cerebral, deficiência mental, fissura, também acabam abordando dentro do seu assunto.” (Diretor)

A possibilidade de o fonoaudiólogo contribuir com seus conhecimentos específicos com os professores revela-se na medida em que:

sua formação requer conhecimentos não só do desenvolvimento infantil em suas diversas áreas (linguagem, emocional, cognitivo, psicomotor, motricidade oral) como também das inabilidades, dificuldades e patologias que interferem sobretudo na comunicação (PELLICCIOTTI; MICHELETTI, 2001, p.57).

Dessa maneira, o preparo teórico apresenta-se importante não somente na formação clínica do profissional fonoaudiólogo, como também como meio de troca de experiência e de trabalho em conjunto com os professores e demais profissionais que se relacionem com as crianças com deficiências.

Contudo, não há no Projeto pedagógico, nem nas falas dos entrevistados a alusão quanto às concepções de sujeito, linguagem, aprendizagem e desenvolvimento que norteiam os discursos. Tal ausência não permite compreender qual a visão desses futuros profissionais na questão da inclusão, bem como qual a sua participação nesse processo.

3.2.2 O preparo clínico do fonoaudiólogo para o atendimento terapêutico da criança com deficiência

Já este eixo refere-se ao preparo clínico dos universitários no tocante ao atendimento de crianças com deficiências e que estejam inclusas na escola regular, por meio de disciplinas teórico-práticas, práticas e sobretudo estágios supervisionados, a saber:

- Avaliação Fonoaudiológica: comunicação oral
- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Mental
- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Auditiva
- Estágio Supervisionado em Avaliação Fonoaudiológica I
- Distúrbios da Comunicação: Paralisia Cerebral
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica II
- Estágio Supervisionado em Avaliação Fonoaudiológica II
- Estágio Supervisionado em Audiologia II
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica III
- Estágio Supervisionado em Audiologia III
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia clínica IV
- Estágio Supervisionado em Audiologia IV

Quando uma criança se apresenta no consultório fonoaudiológico, todo um levantamento de sua trajetória de vida, denominado anamnese, é realizado, desde os dados da gestação, parto, desenvolvimento neuropsicomotor, desenvolvimento pedagógico. Tudo isso para que seja possível realizar um

processo diagnóstico sob diferentes pontos de vista: família, escola, outros profissionais, e dele próprio (PELLICCIOTTI; MICHELETTI, 2001, p.60)

A partir daí, um trabalho de intervenção pode ser proposto.

Siqueira e Monteiro (2005, p.45) publicaram uma pesquisa que realizaram sobre a opinião dos professores sobre o encaminhamento dos alunos para o fonoaudiólogo, e nesta ocasião revelaram que

Se o professor se depara com dificuldades no interior das salas de aula, o fonoaudiólogo também se depara com dificuldades no consultório, dificuldades de encontrar a atuação acertada com cada sujeito, de atribuir sentidos às suas produções e ressignificá-las. O professor que encaminha não deveria entender que transferiu um problema, mas sim que ganhou um parceiro; o fonoaudiólogo que atende não deveria entender que cabe a ele resolver o problema, mas sim ajudar a compreendê-lo.

Não somente o professor ganha um parceiro, mas o fonoaudiólogo também, já que ambos podem trocar informações relevantes para o desenvolvimento do aluno que esteja incluso e realize atendimentos na clínica fonoaudiológica.

Nos relatos das alunas surgiu com maior ênfase o apoio do fonoaudiólogo para os professores, como é possível observar a seguir,

“Porque a fono, ela pode estar ajudando dentro da escola como fora também, no consultório. Então, ela pode estar trabalhando assuntos escolares na terapia e levando isso pra professora também. Sempre estar conciliando.”(GA1)

Assim, o fonoaudiólogo tem que conhecer de forma sistematizada

sua prática, sua área de atuação para poder contribuir cientificamente com a sociedade e sustentar-se em bases teóricas que o conduzam ao seu desenvolvimento (PRUDENTE, 2004, p.89)

No que se refere ao atendimento na Clínica Fonoaudiológica da universidade, as alunas citaram que, quando iniciam suas práticas terapêuticas, há a seleção dos casos mais simplificados para serem tratados e que, somente quando estão no quarto ano, podem escolher os casos que desejam atender, e a partir daí há a possibilidade de atenderem (ou não) pacientes com deficiências.

“Acho que é para não assustar, porque queira ou não no terceiro ano nós temos (não que no quarto às vezes não tenhamos uma insegurança), mas no terceiro sentimos muito mais insegurança em como fazer um planejamento terapêutico e, então, atendemos casos de distúrbio articulatorio, retardo de linguagem que são coisas mais simples de lidar.” (GA1)

“Então se você gosta mais, por exemplo, da parte de leitura-escrita, gagueira, você atende pacientes com isso. Por exemplo, eu não tenho, eu nunca atendi nenhuma criança com Síndrome de Down, nenhuma criança com paralisia cerebral, com nenhuma outra síndrome, Pierre-Rouban, mas tem meninas no meu grupo que atendem Pierre-Rouban, é...tem de tudo.” (GA1)

Os relatos são confirmados pelo Projeto Pedagógico do curso, com os

ementários das disciplinas Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica I, Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica II, Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica III e Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica IV, que ocorrem, respectivamente, no 5º, 6º, 7º e 8º semestre do curso, a saber:

- Estágio supervisionado em Fonoaudiologia Clínica I:

Patologias atendidas: atrasos de linguagem, distúrbios articulatorios, distúrbios do sistema sensorio motor oral, alterações da voz, fissura e distúrbios de leitura e escrita.

- Estágio supervisionado em Fonoaudiologia Clínica II:

Patologias atendidas: atrasos de linguagem, distúrbios articulatorios, distúrbios do sistema sensorio motor oral, alterações da voz, fissura, distúrbios de leitura e escrita e deficiência mental.

- Estágio supervisionado em Fonoaudiologia Clínica III:

Patologias atendidas: afasia e outras alterações neurológicas, alterações de voz, alterações de fluência, distúrbios de leitura e escrita, paralisia cerebral, deficiência mental, deficiência auditiva.

- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica IV:

Patologias atendidas: afasia e outras alterações neurológicas, alterações de voz, alterações de fluência, distúrbios de leitura e escrita, paralisia cerebral, deficiência mental, deficiência auditiva.

Outro dado é que o GA2 fez referência a um grupo de pessoas com deficiência auditiva que iniciaram um atendimento grupal, o que demonstra a preocupação em se preparar um profissional que saiba ir além dos atendimentos terapêuticos tão somente individuais, favorecendo, assim, as interações sociais nas quais os envolvidos transformam-se e são transformados.

“A gente tem um grupo aqui que começou essa semana. E nós colocamos um deficiente auditivo com uma oralidade bem complicada. Ele tem oralidade, mas é bem difícil de entender. Um deficiente bem severo, e uma que tem uma deficiência que é bem leve e que gerou um distúrbio de aprendizagem. E nós fizemos uma experiência essa semana que foi muito rica pra ele e pra ela, porque ela é alfabetizada e ele não, e ele é oralizado e ela não. Então foi muito legal isso, tanto de comportamento que ela se sentiu mais experiente, ela quis mostrar mais, foi muito legal.” (GA 2)

Ainda sobre o preparo clínico do fonoaudiólogo, há preocupação por parte do diretor no tocante à formação deste profissional.

“Acho que a própria fonoaudiologia, os cursos de fonoaudiologia num primeiro momento se preocuparam muito mais com a questão da saúde e agora está havendo toda uma mudança mesmo com relação à própria proposta do perfil profissional do fonoaudiólogo, com relação a não só o tratar da doença, e sim com a promoção da saúde. E eu acho que por um bom tempo, o fonoaudiólogo e os cursos de fonoaudiologia se direcionaram mais para área da saúde.”

(Diretor)

Esse relato apresenta raízes na história da Fonoaudiologia e Bacha e

Osório (2004, p. 219) revelam que

o caráter reabilitador aproximou mais o fonoaudiólogo da área médica, que teve seu início relacionado à área educacional, apesar de, atualmente, estar buscando novamente espaço na Educação

Simões e Assencio-Ferreira (2002, p. 97) referem que numa perspectiva histórica, para compreender a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação, faz-se mister lembrar que, no início do século XIX, a escola era a responsável pela padronização da língua nacional, mas seu papel foi sendo ampliado à eliminação dos distúrbios da comunicação. Professores transformavam-se em terapeutas por meio de cursos de curta duração, sendo que tais práticas culminaram na oficialização da fonoaudiologia e ocasionaram o distanciamento da profissão da educação, assumindo um caráter curativo.

E os autores continuam relatando que, no início desta ciência (a Fonoaudiologia), a atuação restringia-se à prática clínica, tendo como preocupação as alterações já instaladas, bem como a recuperação e avaliação para identificar o que se afastava da normalidade.

Neste eixo, também ficou claro que a relação dos alunos com os pacientes com deficiências, embora exista, ainda é insuficiente já que está relacionada ao interesse ou desinteresse do aluno formando em querer ou não atender às mais variadas deficiências e patologias.

3.2.3 A relação Educação – Fonoaudiologia e sua contribuição para a inclusão escolar de crianças com deficiências

Neste eixo é analisada a atuação do fonoaudiólogo na escola com o enfoque na Educação Inclusiva, com o recurso de assessorias, orientações e reuniões que viabilizem a inclusão da criança com deficiência, com o apoio de disciplinas teórico-práticas, práticas e estágios supervisionados.

Disciplinas envolvidas:

- Fonoaudiologia Geral
- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Mental
- Distúrbios da Comunicação: Deficiência Auditiva
- Fonoaudiologia, Educação e Saúde Pública
- Estágio Supervisionado em Avaliação Fonoaudiológica I
- Fonoaudiologia Preventiva
- Distúrbios da Comunicação: Paralisia Cerebral
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica II
- Estágio Supervisionado em Avaliação Fonoaudiológica II
- Estágio Supervisionado em Audiologia II
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica III
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Preventiva A
- Estágio Supervisionado em Audiologia III
- Recursos Tecnológicos Aplicados à Fonoaudiologia

- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Clínica IV
- Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Preventiva B
- Estágio Supervisionado em Audiologia IV

Nas disciplinas que contemplam o curso de Fonoaudiologia da IES pesquisada e que foram citadas anteriormente há um preparo para a atuação do fonoaudiólogo na escola; entretanto, como o próprio diretor confirma, não há uma disciplina específica que trata sobre esse conteúdo, mas há algumas que se relacionam teoricamente e outras que compreendem estágios supervisionados em estabelecimentos de ensino regular.

“Na verdade, nossa grade curricular, contempla a área da educação dentro de algumas disciplinas, que seriam Fonoaudiologia Preventiva, Estágio Supervisionado em Preventiva A. Em geral, em todas as disciplinas de distúrbios da comunicação é tratada, à parte, a questão da educação. Não existe uma disciplina focada especificamente para Educação, mas ela é abordada em várias outras disciplinas da Fonoaudiologia.”(Diretor)

“Nós temos uma parte teórica que é praticamente ministrada no segundo e terceiro ano, e, a partir do terceiro ano, então os alunos começam, na verdade, as atividades práticas, principalmente no estágio de Fonoaudiologia Preventiva A, no

qual então, ele é, entre aspas, subdivido na atuação nos postos de saúde, nas escolas, principalmente do ensino fundamental, onde os alunos são alocados na própria escola para fazerem um trabalho desde uma avaliação institucional para verificar a necessidade da escola e a triagem fonoaudiológica dos alunos.” (Diretor)

É sabido que a atuação do fonoaudiólogo nas escolas é caracterizada pelos trabalhos relacionados à prevenção, triagem, orientação a pais e professores, bem como supervisão e o treinamento das equipes técnicas das escolas. (PRUDENTE, 2004, p.26).

Ainda sobre o papel do fonoaudiólogo na instituição escolar, atuando em triagens e assim detectando precocemente alterações a fim de que seja possível o sucesso do tratamento do distúrbio da comunicação, Simões e Assencio-Ferreira (2002, p.101) revelam que

Esse trabalho de detecção não deve refletir a prática clínica convencional de busca de doenças. Alguns autores criticam a realização da prática clínica dentro da escola e sugerem que o fonoaudiólogo deve procurar identificar os distúrbios apontados pelos profissionais da escola, evitando proporcionar os rótulos, mas identificando realmente, por meio de parceria com os profissionais da comunidade escolar, as necessidades de cada unidade educacional.

Inicialmente não surge, na descrição do diretor, menção à atuação do fonoaudiólogo na Educação Inclusiva. Mas essa atuação justifica-se considerando que deficientes auditivos, visuais, mentais e físicos, em fase escolar, apresentam

em sua grande maioria alterações fonoaudiológicas com graus e comprometimentos variados (PRUDENTE, 2004, p.30).

“Porque se uma criança tem um problema de fala, muito provável ela vai desenvolver um problema de escrita, e o desenvolvimento dela não vai, assim, não vai.” (GA.2)

Um dado que apresentou-se de maneira muito persistente pelas alunas formandas foi a visão que elas possuem acerca da responsabilidade da escola ou do professor para com a inclusão das crianças com deficiências, como é possível notar:

“Não é qualquer escola que está preparada para receber alguma criança com algum tipo de deficiência.” (GA1)

“E tem muitas escolas falando que estão incluindo, mas na sala de alunos especiais. Será que é inclusão? Eu fui numa escola assim, que era do J. V., lembra? (dirigindo-se a outra entrevistada). Ele era aluno especial.” (GA2)

Como a entrevista em grupo permite o diálogo entre os participantes, outros pontos de vistas foram possíveis de serem observados:

“E por outro lado também tem casos que a professora vai

atrás para tentar incluir a criança para não deixar-la de lado. Então, tem dois lados.”(GA2)

Embora o acesso ao saber deva ser garantido a todos, atribuir ao professor toda a responsabilidade do sucesso ou do fracasso da inclusão de uma criança com deficiência é um engano. Para que a escola se torne inclusiva, faz-se necessário envolver toda a comunidade escolar, pois

Só com uma ação ampla e contínua de formação em serviço dos profissionais da educação, na qual sejam revistos modelos, concepções e formas de atuação pedagógica, bem como sejam derrubadas barreiras atitudinais ainda existente, pode-se oferecer um ensino de maior qualidade, que responda de forma mais adequada às necessidades de seus alunos independentemente das suas condições individuais (MARTINS, 2001, p.33-34).

Quando as alunas foram questionadas sobre como o fonoaudiólogo pode agir no contexto da Educação Inclusiva, foram observadas as seguintes respostas:

“Atuando na escola. Por exemplo, o professor vai fazer o planejamento do ano, das atividades de um deficiente, o fonoaudiólogo pode estar contribuindo nesse planejamento.”
(GA1)

“A fono tem que estar presente na escola. Acho que faz falta às vezes ter uma fono responsável pra esta questão também, para dar palestras para os professores, para os pais mesmo, na montagem do planejamento de aula.” (GA2)

O relato acima revela que a postura do fonoaudiólogo como orientador ainda está presente na formação desses futuros profissionais, e que ainda existe um vínculo muito forte entre a Fonoaudiologia e a Saúde.

O fonoaudiólogo pode contribuir de diversas maneiras no contexto da escola inclusiva, mas, de fato, a escola precisa estar preparada para cumprir seu papel com qualidade, afinal

A inclusão deve ser construída no dia-a-dia, a partir de um planejamento básico, com condutas e atividades que serão adaptadas, desdobradas de acordo com as sugestões, dúvidas, questionamentos e necessidades das crianças (deficientes ou não!) e professores (PRUDENTE, 2004, p. 56-57).

Quando questionadas quanto ao contato que possuem com as professoras de seus pacientes, verificou-se que, alegam não ter condições de comparecerem à escola de seus pacientes, mas houve relato de professor que foi até a clínica ou, então, estabeleceu-se o contato telefônico. Embora não sejam os contatos mais adequados, já que o ideal seria que o fonoaudiólogo também fosse ao encontro do professor, eles ocorrem.

“Converso com a professora e só com a professora (...)”

“(...) O meu contato é só por telefone.” (GA1)

“Não fui à escola, mas a professora veio até aqui pra conversar sobre como que ela poderia trabalhar com a criança. (GA2)

O contato do profissional fonoaudiólogo com o professor é de suma importância, principalmente quando se trata de inclusão, tentando resgatar as perspectivas de desenvolvimento do aluno. O professor é, sem dúvida,

a pessoa que de fato está mais próxima da criança, através da qual se estabelecem os primeiros vínculos com a aprendizagem (...). É o professor que na realidade vai ser o mediador da aprendizagem e portanto das condutas propostas para estas crianças (PELLECCIOTTI; MICHELETTI, 2001, p.68)

Ainda com relação à questão da Fonoaudiologia e a Educação, o diretor do curso de Fonoaudiologia da IES pesquisada revelou que o currículo do curso está sendo revisto:

“E atualmente nós estamos revendo o currículo e discutindo essa questão da inserção do fonoaudiólogo na educação. Isso é um parecer meu que acho muito importante. E o profissional fonoaudiólogo, atualmente já não tem mais uma identidade dentro da área da educação, ele a perdeu. Nós temos uma minoria que vai pra área da Educação. E é uma área que é fundamental, principalmente a inclusiva porque o fonoaudiólogo trabalha com comunicação, e o processo de inclusão se dá na comunicação.” (Diretor)

O Projeto Pedagógico da IES, descrito de forma sucinta anteriormente, com sua última reestruturação em 2001, sofreu algumas alterações em 2005, no que diz respeito ao adiantamento de algumas disciplinas. E, durante a entrevista, o diretor do curso revelou a preocupação e o desejo em reestruturar o

currículo vigente e poder rediscutir a inserção do profissional fonoaudiólogo na Educação.

E de acordo com a resolução CNE/CES nº 5 de 19 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia, disponível no site oficial do Conselho Federal de Fonoaudiologia (2006), é estabelecido no artigo 5º que a formação do fonoaudiólogo tem por objetivo dotar o profissional de algumas competências e habilidades específicas. E das quinze habilidades que são citadas, algumas relacionam-se diretamente com a questão deste profissional na Educação, tais como as que se apresentam nos itens VI e VIII:

VI – possuir uma formação científica, generalista, que permita dominar e integrar os conhecimentos, atitudes e informações necessários aos vários tipos de atuação em Fonoaudiologia.

VIII – desenvolver, participar e/ou analisar projetos de atuação disciplinares, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.

No primeiro caso, é possível compreender que, sendo a atuação do fonoaudiólogo na Educação Inclusiva algo recente, faz-se necessário que haja uma formação científica, generalista, que permita integrar esses conhecimentos na Educação Inclusiva.

Já a segunda habilidade citada pode se relacionar com a atuação do profissional fonoaudiólogo junto aos professores (e demais profissionais envolvidos) que tenham crianças com deficiências inclusas no sistema regular de ensino, por meio de elaboração de trabalhos em conjunto ou complementares, mas somando e dividindo conhecimentos.

3.2.4 A influência da família no processo de inclusão.

Durante a coleta dos dados das entrevistas em grupo, foi possível constatar referências às famílias nos dizeres das alunas entrevistadas no que se refere ao processo da inclusão. E essas referências apareceram em determinados momentos como um apoio e em outros como “barreira”, e tal dado mereceu atenção.

“Eu atendo uma criança com paralisia cerebral. Mas é grave, mas o problema que estou tendo é com a mãe do paciente porque ela não o deixa sozinho em nada, então ela fica dentro da sala de terapia e eu estou tentando separar, mas é difícil.”

(GA1)

“Ele só olha pra mãe o tempo todo. Eu falo com ele, ele olha pra mãe antes. Se vamos brincar, ele quer que a mãe pegue a peçinha do brinquedo. E na escola também é assim.”(GA1)

O homem constitui-se como homem através de suas interações sociais, dessa maneira é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura, e tal desenvolvimento ocorre de uma maneira dialética entre o ser humano e o meio social e cultural em que está inserido (e não corresponde à somatória de fatores inatos e adquiridos).

Dessa maneira, é na família em que as primeiras relações sociais da criança começam a se estabelecer.

Para Souza e Carvalho (2002, p.29), dentro da unidade familiar há

funções específicas em relação tanto a seus membros quanto à sociedade, como por exemplo, a cooperação entre si, o auxílio recíproco e a colocação dos interesses de seus membros acima dos interesses de estranhos. Mas, quando do nascimento de uma criança com deficiência, o que ocorre, na maioria dos casos, são situações de conflito no círculo familiar, já que

em todos esses momentos seus membros interagem com profissionais de diversas áreas, os quais devem oferecer o suporte necessário para auxiliar no cuidado, não somente a esse filho, mas também aos demais membros. (SOUZA; CARVALHO, 2002, p. 29)

Essa aproximação dos pais de crianças com deficiência é comum quando da relação médico-paciente, mas tem sido garantido um espaço cada vez maior dessa interlocução entre a família e os profissionais das áreas da educação e da saúde.

Além disso, o relacionamento entre profissionais e pais de crianças deficientes é marcado por uma multiplicidade de fatores envolvendo angústias, tensões, inseguranças, frustrações etc. (provenientes tanto do lado dos profissionais como dos pais), que interferem e direcionam a relação. (CAMARGO; TOREZAN, 2004, p. 338)

Em outro relato, a família surge como apoio e incentivo para o desenvolvimento da criança com deficiência e a participação do irmão da criança com paralisia cerebral se dava como mediador de seu desenvolvimento e aprendizagem.

“Eu tive um PC⁶, que tem um irmão gêmeo. (...) Era um PC bem leve, mesmo, estava na escola regular, e esse irmão passou de ano e ele ficou. Ele tinha dificuldade na fala e dificuldade na aprendizagem, mas o desempenho no final do ano estava muito bem, estava lendo, escrevendo com letra de forma, a fala estava melhorando, mas dentro das limitações dele. Mas o irmão ajudava muito, porque o irmão era normal, então, ele ia na do irmão. Foi tranquilo.” (GA2)

De acordo com Monteiro et al. (2005, p. 33) a família tem uma função mediadora fundamental em todo o processo da subjetividade dos filhos e relata que alguns estudos envolvendo famílias de pessoas com deficiência revelaram que os sentimentos destas para com os filhos se modificam com o decorrer do desenvolvimento do filho.

Além disso, as autoras apresentam em seu artigo os resultados de uma pesquisa que realizaram e que tinha como objetivo analisar encontros de grupos de pais e irmãos de pessoas com deficiência mental, identificando como o processo de interlocução de tais encontros constrói ou (re)constrói sentidos e concepções a respeito da pessoa com deficiência mental, na qual puderam observar que:

Tanto os pais (mães) quanto irmãos mostraram que alguns sentimentos e experiências vivenciados pelas famílias de pessoas que apresentam deficiência mental são peculiares e, muitas vezes, não existem espaços sociais que permitam a construção e reconstrução de significados. (idibem, p.39)

⁶ Parálítico cerebral

A experiência tal como relatada pelo grupo de alunas permite refletir que se a criança influencia sua família, ela também é influenciada por esta,

a convivência com irmãos permite um relacionamento contínuo, longitudinal, que exerce influência significativa no desenvolvimento de cada um. Os irmãos oferecem oportunidades para que experiências sejam compartilhadas e para que ocorra desenvolvimento e aprendizagem. (BAGAROLLO; MONTEIRO, 2003, p.24)

E a tríade Fonoaudiologia – Família – Escola surge numa das entrevistas como fator preponderante para que haja o sucesso na inclusão de crianças com deficiências

“É a fono, a família e a escola” (GA2)

Essa coesão entre a criança e sua família, a escola e o fonoaudiólogo oferece meios onde “todos se inter-relacionam, buscam e renovam constantemente a motivação, a confiança e a eficiência” (PELLICCIOTTI; MICHELETTI, 2001, p. 70-71)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se iniciar este projeto de pesquisa que culminaria no trabalho que ora se apresenta, a pergunta inicial que causava interesse de estudo era compreender como está ocorrendo a formação do fonoaudiólogo para a atuação na Educação Inclusiva. Algumas informações vêm a lume, mas não o suficiente para esgotar um assunto que se é novo para a Educação, muito mais o é para a Fonoaudiologia.

Encontrar o nascimento da Fonoaudiologia na Educação, depois seu imbricamento com a Saúde e verificar que está novamente voltando seus olhos para suas raízes, sem deixar de ser uma área da saúde, revela que há mais pontos em comum do que divergentes entre essas áreas, isto é, que seu diálogo com a Educação é possível, até para que ambas encontrem seu papel, sobretudo quando o assunto é a Educação Inclusiva.

Ao entrar em contato com o curso de graduação em Fonoaudiologia da

Instituição de Ensino Superior pesquisada, coletando informações do Projeto Pedagógico, entrevistando diretor e alunos formandos do curso, verificou-se que este movimento que a inclusão está obtendo dentro da área educacional inicia seus primeiros passos dentro da Fonoaudiologia. Embora no ementário e na fala de diretor e alunos não constem disciplinas específicas que tratem do tema Inclusão, houve coerência nos relatos quando abordaram que o tema apresentava-se intrínseco a disciplinas teóricas, teórico-práticas e práticas desde o primeiro semestre do curso.

Entretanto, o conteúdo relativo à Educação Inclusiva apresentado nos dados obtidos ainda é insuficiente. Os alunos têm pouco contato com crianças com deficiências durante o percurso acadêmico e a atuação do fonoaudiólogo na escola inclusiva ainda traz a marca identificatória do profissional da saúde como orientador do professor, quando o mais adequado seria o estabelecimento de uma relação de troca e não de poder.

Embora tenha havido um esforço em demonstrar a importância da relação de troca entre profissionais (da Saúde e da Educação), houve momentos no decorrer deste trabalho em que a marca do poder do técnico como orientador do professor ficou mais ou menos aparente. Isso provavelmente justifica-se na formação inicial centrada no profissional da saúde enquanto detentor do conhecimento.

Compreende-se que, de fato, o assunto é recente para a Fonoaudiologia, que busca encontrar o seu “fazer fonoaudiológico” dentro da perspectiva da Educação Inclusiva, e isto pôde ser verificado em virtude da dificuldade em se encontrar livros, textos, artigos, relatos de pesquisa nesta área

dentro de obras eminentemente fonoaudiológicas. A maioria dos estudos analisados versava sobre aspectos exclusivamente clínicos da atuação fonoaudiológica com crianças com algum tipo de deficiência.

A formação do fonoaudiólogo para a Educação Inclusiva está dando “seus primeiros passos”, mas ainda há muito para que a caminhada se estabeleça, e, dessa forma, esta pesquisa teve como intuito contribuir com a formação do fonoaudiólogo e com a comunidade acadêmica cujos interesses estejam voltados para a Educação Inclusiva, mas sem a pretensão de exaurir o assunto que se apresenta.

REFERÊNCIAS

BACHA, Stella Maris Cortez; OSÓRIO, Alda Maria do Nascimento. Fonoaudiologia e educação: uma revisão da prática histórica. **Revista CEFAC**. São Paulo, abr – jun, v.6, n.2, p. 215-221, 2004.

BAGAROLLO, Maria Fernanda; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Grupos de irmãos na clínica fonoaudiológica. **Temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.12, n.71, p.23 – 27, 2003.

BERBERIAN, Ana Paula. **Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico**. São Paulo: Plexus, 2000.

BERBERIAN, Ana Paula. **A normatização da língua nacional: práticas fonoaudiológicas 1920-1940**. 1993. 162f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação.

Disponível em <www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>

Acesso em 05/05/2007

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CAMARGO, Evani Andreatta Amaral; TOREZAN, Ana Maria. Interlocução entre pais e profissionais da área de educação especial e suas concepções sobre a deficiência mental. **Revista brasileira de educação especial**. Marília, set-dez, v. 10, n. 3, p. 337 - 354, 2004.

CARLINI-CONTRIM, Beatriz. Potencialidades da técnica qualitativa no grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Revista saúde pública**. v. 30, n. 3, p. 285-293, 1996 Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101996000300013&lng=pt&nrm=isso.> Acesso em 10 out. 2006.

CAVALHEIRO, Maria Tereza Pereira. A saúde e a educação na prática e na formação do fonoaudiólogo. In: LACERDA, Cristina B. F. de; PANHOCA, Ivone (orgs.). **Tempo de fonoaudiologia**. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 1996/1997, p.179 -186.

CONSELHO REGIONAL DE FONAUDIOLOGIA – 2ª região.

Disponível em < <http://www.fonosp.org.br/publicar/conteudo.php?ID=170>>

Acesso em 09/01/2006

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

Disponível em <<http://www.fonoaudiologia.org.br>>

Acesso em 11/01/2006

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FERREIRA, Léslie Piccolotto Ferreira. **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In.: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 187 - 227.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas,

SP: Autores Associados, 2004.

KRAMER, Sonia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, Maria Teresa; JOBIM, Solange; KRAMER, Sonia (orgs) **Ciências humanas e pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2003, p.57 – 75.

LAGROTTA, Márcia Gomes Mota; CÉSAR, Carla Patrícia Alves Ribeiro (orgs.). **A fonoaudiologia nas instituições**. São Paulo: Lovise, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOVANI, Juliana Vechetti. **Formação de professores na escola inclusiva: contribuições da terapia ocupacional ao aluno com deficiência física**. 2006. 150f. dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica da Campinas, Campinas, 2006.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Por uma escola aberta às necessidades dos alunos. **Temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.10, n.55, p.28 – 34, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar; CAMARGO, Evani Andreatta Amaral; FREITAS, Ana Paula de; BAGAROLLO, Maria Fernanda. Interações dialógicas de familiares de sujeitos com deficiência mental: algumas reflexões. **Temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.14, n.83 - 84, p.32 - 29, 2005 - 2006.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; MARQUES, Susi Lippi. Aquisição e desenvolvimento da linguagem em crianças com necessidades especiais decorrentes da deficiência visual: revisão da literatura. **Revista brasileira de educação especial**. Marília, set-dez, v. 10, n. 3, p. 371-384, 2004.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; MARQUES, Susi Lippi. Análise da comunicação verbal e não-verbal de crianças com deficiência visual durante interação com a mãe. **Revista brasileira de educação especial**. Marília, set-dez, v. 11, n. 3, p. 409 - 428, 2005.

PELLECCIOTTI, Thaís Helena F.; MICHELETTI, Carmem Silvia C. A importância da interação entre o fonoaudiólogo e a escola. In: GIROTO, Claudia Regina Mosca (org). **Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Plexus, 2001, p. 57 – 72.

PRIETO, Rosângela Gavioli; SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. A educação especial. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). **Organização do ensino no Brasil**. Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002, p. 123 - 136.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades especiais: diretrizes para a educação básica e a educação especial. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (orgs.). **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 125 - 152.

PRUDENTE, Sandra Costa. **A fonoaudiologia e a inclusão educacional**. Campo grande, MG: UCDB, 2004.

REILY, Lucia. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Shirley. A política educacional brasileira e as pessoas com deficiências. Como difundir o discurso de uma política pública de direitos e praticar a privatização. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (orgs.). **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 73 - 100.

SILVEIRA BUENO, José Geraldo. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

SIMÕES, Juliana Maria, ASSENCIO-FERREIRA, Vicente José. Avaliação de

aspectos da intervenção fonoaudiológica junto a um sistema educacional. **Revista CEFAC**. São Paulo, v. 4, n. 2. p. 97 – 104, 2002.

SIQUEIRA, Cinthia Lúcia de Oliveira; MONTEIRO Maria Inês Bacellar. O que os professores dizem sobre o encaminhamento de alunos para o fonoaudiólogo. **Temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.14, n.79, p.37 - 45, 2005.

SMOLKA, Ana Luíza B.; GÓES, Maria Cecília R. de (orgs.). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. 9ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 2003.

SOUZA, Maria José de; CARVALHO, Vilma de. Os retratos de família da criança down e seu significado na perspectiva das mães. **Revista brasileira de educação especial**. Marília, v. 8, n. 1, p. 27 - 44, 2002.

VIEIRA, Raymundo Manno; VIEIRA, Marilena Manno; AVILA, Clara Regina Brandão de; PEREIRA, Liliane Desgualdo (orgs.). **Fonoaudiologia e saúde pública**. Carapicuíba, SP: Pró-fono, 1995.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1

**Transcrição da entrevista realizada com o diretor do curso de
Fonoaudiologia da Universidade pesquisada**

A entrevista foi realizada na própria sala de trabalho do diretor. Antes de dar início à gravação da entrevista, o professor foi informado sobre os objetivos da pesquisa, de dos procedimentos da entrevista, e após esses esclarecimentos, o termo de consentimento livre e esclarecido foi lido e assinado.

Cássia: Essa entrevista é uma das coletas de dados para minha pesquisa de mestrado que trata sobre a formação do fonoaudiólogo para a educação inclusiva. Então, serão feitas três perguntas que vão nortear nossa conversa, mas não precisamos ficar estagnados em cada uma. Então a primeira delas seria saber quem que é o fonoaudiólogo que esta Universidade pretende formar?

Diretor: Bom, nós temos a idéia atualmente de formar um profissional mais generalista, preparado para o atendimento ao SUS, e para todas as deficiências encontradas que tenham relação com a comunicação.

Além disso, um profissional crítico, reflexivo e com a visão humanista muito mais acentuada no sentido da integralidade, de ver o indivíduo como um todo.

C.: E no curso de Fonoaudiologia há algumas disciplinas, algumas práticas que voltam para a educação? Como é que esses alunos são preparados para atuarem nos estabelecimentos de ensino de educação infantil e ensino fundamental que é nosso maior enfoque na pesquisa?

D.: Na verdade, nossa grade curricular, contempla a área da educação

dentro de algumas disciplinas, que seria Fonoaudiologia Preventiva, Estágio Supervisionado em Preventiva A.

Em geral, em todas as disciplinas de distúrbios da comunicação é tratada, a parte, a questão da educação. Não existe uma disciplina focada especificamente para Educação, mas ela é abordada em várias outras disciplinas da Fonoaudiologia.

C.: E como é essa abordagem? É teórica, e tem algum estágio prático que os alunos fazem?

D.: Nós temos uma parte teórica que é praticamente ministrada no segundo e terceiro ano, e a partir do terceiro ano, então os alunos começam, na verdade, as atividades práticas, principalmente no estágio de Fonoaudiologia Preventiva A, no qual então, ele é, entre aspas, subdivido na atuação nos postos de saúde, nas escolas, principalmente do ensino fundamental, onde os alunos são alocados na própria escola para fazerem um trabalho desde uma avaliação institucional para verificar a necessidade da escola e a triagem fonoaudiológica dos alunos.

C.: E com relação ao preparo desses alunos para a inclusão das crianças com deficiências, como é tratado isso na graduação?

D.: Cada docente, na verdade, dentro do seu plano de trabalho, tem uma proposta sobre a atuação do fonoaudiólogo com relação à inclusão. Eu posso dar o exemplo da minha disciplina.

Eu trabalho com audiologia e com a saúde auditiva em si. Então, na disciplina é abordada a questão da inclusão, da Língua de Sinais, tudo o que é necessário, com relação à inclusão ao deficiente auditivo. Na minha disciplina, Audiologia, eu dou uma área que é a parte da saúde do trabalhador, então lá eu discuto a (...), a lei de direitos do deficiente e a inclusão desse deficiente no caso, não na educação, mas no trabalho, que não deixa de ser também um foco educacional porque, a partir do momento que lançamos um programa de inclusão no trabalho, existe todo um trabalho educacional em volta que não seria no ensino fundamental, mas eu acho que é importante colocar isso.

E as disciplinas de leitura e escrita, paralisia cerebral, deficiência mental, fissura, também acabam abordando dentro do seu assunto.

C.: E você lembra de algum exemplo ou teria alguma outra coisa que pudesse passar para enriquecer?

D.: Eu acredito que a questão da inclusão está tendo uma ênfase atualmente, ela ficou muito tempo do lado. Acho que a própria fonoaudiologia, os cursos de fonoaudiologia num primeiro momento se preocuparam muito mais com a questão da saúde e agora está havendo toda uma mudança mesmo com relação à própria proposta do perfil profissional do fonoaudiólogo, com relação a não só o tratar da doença, e sim com a promoção da saúde. E eu acho que por um bom tempo, o fonoaudiólogo e os cursos de fonoaudiologia se direcionaram mais para área da saúde. E ficou um pouco de lado a questão da educação que é um foco, que virou um tema de discussão, acho que em todos os cursos de fonoaudiologia.

E atualmente nós estamos revendo o currículo e discutindo essa questão da inserção do fonoaudiólogo na educação.

Isso é um parecer meu que acho muito importante. E o profissional fonoaudiólogo, atualmente já não tem mais uma identidade dentro da área da educação, ele a perdeu. Nós temos uma minoria que vai pra área da Educação. E é uma área que é fundamental, principalmente a inclusiva porque o fonoaudiólogo trabalha com comunicação, e o processo de inclusão se dá na comunicação.

Não sei, tem mais alguma coisa?

C.: Não, está ótimo! Muito obrigada!

ANEXO 2

**Transcrição da entrevista com o Grupo de Alunas 1 (GA1), formandas em
2006**

A entrevista foi realizada em 23/11/2006 e antes da gravação, foram explicados para as entrevistadas os propósitos da entrevista grupal, bem como todas as orientações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que também foi lido por todas e assinado. Somente após os esclarecimentos preliminares que a gravação iniciou-se.

Uma ficha de dados das pesquisadas também foi preenchida para que informações como nome completo, data de nascimento e contatos fossem descritas.

Para que uma situação mais descontraída fosse favorecida, foi proposto um quebra-cabeça com a frase “A fonoaudiologia e a Educação Inclusiva” que as alunas deviam montar.

C. Meninas é o seguinte. Eu trouxe aqui um pequeno quebra-cabeça para que possamos começar o nosso assunto. Então podem montar.

(todas começam a mexer nos papéis e rapidamente finalizam o jogo)

R. e Vi.: A Educação Inclusiva e a Fonoaudiologia.

C.: Ótimo. Então é o seguinte, estarei estimulando a discussão de vocês e fazendo algumas interferências. Gostaria de saber o que podemos falar sobre a relação da Fonoaudiologia e da Educação Inclusiva ou da Inclusão de crianças com deficiência na educação e sua relação com a Fonoaudiologia.

Vi.:Qual a relação da inclusão?..

Vi.: Eu acho uma coisa muito distante da realidade.

R.: Antes era muito mais distante, hoje em dia já não.

P.: Eu acho que a inclusão já está mais...

Vi.: É na teoria, mas na prática eu acho que não.

P.: Eu acho que não é qualquer lugar que está ...

Va.: Não é qualquer escola que está preparada para receber alguma criança com algum tipo de deficiência.

Vi.: Mesmo aqui. Nosso campus agora que começou a ser preparado e adaptado para um deficiente. Antes era tudo com escadas, e os elevadores não funcionavam.

Va.: É, existe, mas..

Vi.: É mas agora eles podem, estão construindo mais, construindo rampa. Começou esse ano.

R.: É, mas eu acho que não é só adaptação. As escolas, podem até ter adaptação, mas os professores não estão preparados, mesmos os alunos e nem os pais dos alunos.

P.: E às vezes a fono não tem nem essa abertura. E é muito cômodo, as pessoas falarem: “não estamos preparados”; e ninguém tem esse interesse.

(silêncio)

C.: Então, o que o fonoaudiólogo pode fazer? O que ele pode fazer pra poder contribuir com essa inclusão.

Vi.: Atuando na escola. Por exemplo, o professor vai fazer o planejamento do ano, das atividades de um deficiente, o fonoaudiólogo pode estar contribuindo nesse planejamento.

(silêncio)

Vi.: Esclarecendo algumas dúvidas. O professor, não conhece a fisiologia, e muitas vezes a deficiência em si. Ele está mais voltado pra área de humanas e não para a área de biológicas e ele não conhece a patologia de uma forma que o fonoaudiólogo pode conhecer.

P.: Assessoria. Não sei, um trabalho específico.

Va.: Pode estar auxiliando a professora. Porque a fono, ela pode estar ajudando dentro da escola como fora também, no consultório. Então, ela pode estar trabalhando assuntos escolares na terapia e levando isso pra professora também. Sempre estar conciliando.

Vi.: Conciliando o atendimento terapêutico com as atividades escolares deles.

C.: Vocês podem dizer aquilo que vivenciaram na Universidade, aquilo que vocês aprenderam, aquilo que vocês vêem lá fora, ou a opinião pessoal mesmo.

(neste momento elas se perguntam quem já atendeu pacientes com deficiência na clínica de fonoaudiologia da universidade pesquisada)

P.: Eu já! E já aprendi bastante coisa relacionada a deficiente. Mas eu vejo que é complicado, é difícil. Eu já trabalhei também com deficiente no primeiro e no segundo ano e era trabalho de inclusão mesmo. Eles são muito capazes e o que precisa ser trabalhado é a sociedade com um todo. E é por isso que é difícil porque não é só a escola, não é só o pai, é a sociedade inteira.

E eu acho que dá para fazer algo pela educação inclusiva, mas precisa ter a boa vontade de todas as partes que estão trabalhando com isso. Por isso que é uma mudança de mentalidade. Talvez uma professora faça, outra professora na sala pode ajudá-la. Mas eu acho que está acontecendo de fato. Com as professoras itinerantes que ajudam as outras professoras. A minha madrinha é professora itinerante, e ela fala que às vezes dá orientação às professoras e elas, às vezes, não aceitam aquela orientação, dizem ter tantos alunos na sala e mais o aluno com deficiência que dá trabalho. Então essa mentalidade, talvez tivesse que vir de baixo, sabe, porque não é agora que vai mudar tudo. Então, não sei, mas eu acho que existe, que acontece, mas precisa

de vontade. E eu acho que a fono pode ajudar numa inclusão, independente de tipo de deficiência, porque a gente já está trabalhando por uma inclusão melhor.

C.: E como que a fono poderia estar atuando, já que vocês falaram algumas coisas de assessorias, atendimento, reabilitação.

Vi.: Como seria a reabilitação?

C.: Não. Como seria a atuação do fonoaudiólogo para ajudar no processo de inclusão que foi falado? Como vocês pensam que na prática do fonoaudiólogo isso pode acontecer?

(silêncio)

C.: Vamos supor que agora vocês estão formadas e que de repente estão atendendo crianças com deficiências e que estas crianças estão ou podem estar inclusas numa escola. Como vocês estariam atuando?

Va.: Acho que primeiro entrar em contato com a escola para explicar meu trabalho, como ela está se desenvolvendo.

Vi.: Como ela está sendo colocada dentro da sala de aula, se as atividades que o professor passa para ela são as mesmas que pra as outras crianças...

P.: Mostrar ao professor até onde aquela criança é capaz de ir.

R.: Par que não haja diferença entre o aluno especial e o normal.

C.: Agora, farei outra pergunta. Aqui no curso de Fonoaudiologia, como aconteceu a formação de vocês para atuarem com crianças com deficiência?

Vi.: A gente estudou sobre deficiência.

Vi.: Depois a gente teve DM.

P.: Deficiência mental.

R.: Tiveram várias outras síndromes.

P.: Depois em Saúde Pública a gente teve coisas de inclusão, de projetos que estão acontecendo.

C.: Conseguem lembrar melhor como foi?

P.: A professora de Saúde Pública deu muitas outras coisas e agora eu não lembro, mas ela falou de inclusão também.

Va.: Também aprendemos sobre as patologias em si, as causas, tratamento, e ao mesmo tempo víamos em Saúde Pública sobre ações políticas e

depois a gente começou a ter contato com isso.

Vi.: Mas não vimos todas as patologias porque no terceiro ano, não temos casos de Síndrome de Down, paralisia cerebral para atender. É mais leitura e escrita, distúrbio articulatório, retardo de linguagem.

C.: Mas isso vocês acham que é em virtude da demanda ou por causa da escolha que os alunos fazem?

Vi.: Não, no terceiro ano a gente não escolhe, mas eu acho que é pela complexidade.

P.: Acho que é para não assustar, porque queira ou não no terceiro ano nós temos (não que no quarto às vezes não tenhamos uma insegurança), mas no terceiro sentimos muito mais insegurança em como fazer um planejamento terapêutico e, então, atendemos casos de distúrbio articulatório, retardo de linguagem que são coisas mais simples de lidar.

Vi.: E no quarto ano, então, temos mais contato com PC.

P.: A minha professora de Fono Clínica permite que os alunos escolham o caso queiram atender. Então se você gosta mais, por exemplo, da parte de leitura escrita, gagueira, você atende pacientes com isso. Por exemplo, eu não tenho, eu nunca atendi nenhuma criança com síndrome de down, nenhuma criança com paralisia cerebral, com nenhuma outra síndrome, Pierre-

Rouban, mas tem meninas no meu grupo que atendem Pierre-Rouban, é...tem de tudo.

R.: Eu atendo uma criança com paralisia cerebral. Mas é grave, mas o problema que estou tendo é com a mãe do paciente porque ela não o deixa sozinho em nada, então ela fica dentro da sala de terapia e eu estou tentando separar, mas é difícil.

C.: É criança?

R.: É criança, tem 6 anos, e ela não deixa ele ficar sozinho na escola, ela tem uma dificuldade grande em se separar dele, então, e ele também não fica sem ela. É difícil assim, mas ela não o deixa sozinho de jeito nenhum. Nem com a irmã, nada.

C.: E no caso dessa criança, você tem algum dado da escola?

R.: A escola também falou que está muito difícil porque lá há mais crianças com deficiência, mas as mães não ficam junto. Porque quando a mãe está junto a criança não evolui, porque a mãe fala para ele o que ele tem que fazer. A escola fala a mesma coisa do que está acontecendo aqui na terapia, aqui também ele não evolui em nada.

Va.: E ele não tem contato com outras crianças.

R.: É. Ele não tem contato com outras crianças. Ele só olha pra mãe o tempo todo. Eu falo com ele, ele olha pra mãe antes. Se vamos brincar, ele quer que a mãe pegue a peçinha do brinquedo. E na escola também é assim. E a professora da escola, falou que as outras crianças que tem PC já evoluíram, desenvolveram, mas elas acham que seja porque a mãe não fica junto. Então, eles têm os amiguinhos, mas o meu paciente já não. Eu converso muito com a mãe dele, mas não adianta.

Vi.: No meu grupo de Fono Clínica, tem uma menina que atende um paciente com PC e até estávamos discutindo sobre isso hoje. A escola que ela estuda está totalmente perdida porque passaram a menina do “pré” direto pra quarta série, e agora propuseram para a mãe que a menina volte para a primeira série. Só que ela está com dez anos, e então a terapeuta que a atende estava comentando ainda hoje que a escola está totalmente perdida e que ela não sabe o que fazer, porque ela acha que a P., que é a paciente, não precisa voltar pra primeira série, mas ao mesmo tempo, ela pulou essa etapa. E se voltar pra primeira série, acabará convivendo com crianças muito mais novas, será outro ambiente, outras crianças, crianças muito mais novas que ela. Ela já está com 10 anos. Eu não sei dar muitos detalhes do caso, mas ela contando isso, passa impressão que a escola não tem estrutura alguma para receber uma criança com uma paralisia cerebral, por exemplo.

R.: Mas é a mesma coisa que a diretora da escola onde meu paciente está falou. Ela falou assim que como meu paciente é um PC grave, falta muito e a mãe fica sempre junto dele, ele não vai sair de onde está. Ele está lá mais para

ter convivência com outras crianças. A diretora fala que não tem como mudar. Agora tem alguns PCs lá que são mais leves e que já evoluíram.

C.: Por exemplo, esse caso, esse paciente está com você e esse outro com uma amiga sua, como vocês poderiam auxiliar nesse processo, nessa melhora da inclusão dessa criança? Vocês fazem algum tipo de ação na escola, conversam com a professora?

R.: Converso com a professora e só com a professora.

C.: Você tem contato com a professora?

R.: Tenho contato com ela.

Vi.: Dependendo de onde é a escola dá para irmos até lá, mas geralmente é por telefone. Porque é muito perigoso, é muito longe.

R.: O meu contato é só por telefone.

C.: Vocês falaram bastante de PC, e outras deficiências, como Da...?

P.: DA. Agora que começou a PAC.

C.: O que é a PAC?

P.: É um programa do governo, do SUS para dar aparelho auditivo pra quem não pode pagar. Então a E. está aqui, inclusive fazendo isso. Então agora que aumentou nosso contato com DA, porque até então não tínhamos.

R.: Era mais PC.

P.: Às vezes aparece, que nem tem uma criança com Pierre-Rouban no meu grupo, também, de Fono clínica.

Va.: Acho que a maioria é PC e DM.

C.: DV não aparece?

Todas: Não, não

(silêncio)

C.: Vocês têm contato com os outros cursos, de fisioterapia, de terapia ocupacional. Daqueles que trabalham com reabilitação?

R.: Não assim, não. Só temos amigos que fazem os outros cursos.

Vi.: É porque a fila de espera aqui é muito grande, então não dá para o paciente ser atendido logo e juntamente com a fono. É impossível porque aqui tem uma fila de espera enorme e não tem mais tantos alunos, as turmas estão pequenas.

Va.: Só quando a gente está atendendo alguém que eles também estão. Aí entramos em contato.

C.: Já que estamos falando de Educação Inclusiva, e aquele trabalho de ir até as escolas. Como que está? Vocês têm contato com as escolas, de fazer estágios na escola, na minha época era chamado de Preventiva.

P.: A gente teve. A gente teve.

C.: Nessas idas, vocês tiveram contatos com crianças inclusas?

Todas: Não (todas tentaram lembrar algum caso)

P.: Na minha tinha um síndrome de down, mas não naquele que a gente tinha a prática, mas naquele que a gente foi falar com o professor, lembra?

C.: Vocês chegaram a fazer alguma assessoria?

P.: Não, a gente foi falar com as professoras, mas não era nem sobre isso.

(Silêncio. As alunas estavam visivelmente cansadas. Relatado antes da gravação que estavam na clínica de fono desde cedo e a entrevista ocorreu no final da tarde)

C.: Muito bem, mais alguma coisa?

(silêncio)

C.: Então finalizaremos agora para não atrapalhar as meninas que têm que sair. Obrigada pela participação de vocês!

(algumas alunas precisavam ir embora e estavam olhando o relógio com medo de perderem o horário)

ANEXO 3

**Transcrição da entrevista com o Grupo de Alunas 2 (GA2),
formandas em 2007**

A entrevista foi realizada em 04/04/2007 e antes da gravação, foram explicados para as entrevistadas os propósitos da entrevista grupal, bem como todas as orientações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que também foi lido por todas e assinado. Somente após os esclarecimentos preliminares que a gravação iniciou-se.

Uma ficha de dados das pesquisadas também foi preenchida para que informações como nome completo, data de nascimento e contatos fossem descritas.

Para que uma situação mais descontraída fosse favorecida, foi proposto um quebra-cabeça com a frase “A Fonoaudiologia e a Educação Inclusiva” que as alunas deviam montar.

A entrevista foi realizada numa sala na clínica de Fonoaudiologia, de uso comum das alunas desse curso, e em alguns momentos houve movimentação de outros alunos, mas ocorreram não constrangimentos, nem interferência na organização do raciocínio das entrevistadas.

C.: A fonoaudiologia e a Educação Inclusiva, e aí?

L : Eu acho que a Fonoaudiologia envolve bastante aspectos educacionais. A gente pode voltar para a escola regular ou pra escola especial, a instituição no caso. Eu acredito que a Fonoaudiologia tem um papel muito importante na Educação Inclusiva, só que é uma área que poucas pessoas conhecem e que tem muito a ser explorada pelos profissionais que são interessados por ela .

M.: Eu acho que é muito discutido isso, a gente já teve aula sobre isso com a B. Tem que ter vários lados...

E.: Eu acho que a dificuldade maior é em saber o que realmente é a inclusão. Colocar a pessoa deficiente ou especial na escola não significa que esteja havendo a inclusão.

M.: Tem vários pontos de visão. Porque depende do caso, do grau da deficiência. É complicado..

L.: Eu acho que também dependendo do ponto de vista que a escola adota em relação a inclusão, porque às vezes a escola acha que está fazendo o papel dela em deixar aquela criança na sala e não é só isso. Tem que estar participando a criança.

R : Tem que fazer com que ela interaja com as outras, e explicar sobre a inclusão para as outras. Porque não adianta introduzirem a criança na escola e a criança continuar a ...

E.: E também tem que ser mudado o projeto da escola.

L.: E os professores não estão tão capacitados para lidar com isso. Porque a gente tem casos de pacientes aqui, principalmente deficiente auditivo, que a mãe chega a não colocar numa escola regular, porque fala que a criança

está lá, mas a professora não faz nada pela criança, a professora acha que está fazendo muito de deixar a criança lá.

M.: E por outro lado também tem casos que a professora vai atrás pra tentar incluir a criança para não deixar-la de lado. Então, tem dois lados. Tem o lado da professora, tem o lado dos alunos.

R.: A maioria deles não sabe como está incluindo esse aluno.

M.: É, como se comportar.

R.: A maioria deles reage diferente da forma. Não sabe se comportar..

E.: E muita escola não insere, não está inserindo porque fala que não tem condições físicas para incluir esse aluno. Acho que talvez a escola tenha que se adequar.

M.: E tem muitas escolas falando que estão incluindo, mas na sala de alunos especiais. Será que é inclusão? Eu fui numa escola assim, que era do J. V., lembra? (dirigindo-se a outra entrevistada).

Ele era aluno especial.

C.: Vocês tiveram pacientes com deficiência ou no grupo de vocês alguém teve? Vocês foram até a escola? Lembram de algum caso.

R.: A gente tem ainda

E.: Não fui à escola, mas a professora veio até aqui pra conversar sobre como que ela poderia trabalhar com a criança. Ele é deficiente auditivo, e não é alfabetizado, e a professora veio aqui pra saber como ela poderia trabalhar com ele na sala, porque ela não consegue ver ele sentado na cadeira e deixar ele lá sem estar ensinando para ele, vendo que os outros estão aprendendo e a mesma atividade que ela dá, e ele não consegue acompanhar. Então ela veio aqui pra tentar ver como ela consegue ajuda-lo. Ela consegue incluir certinho ele.

L.: É interesse. Eu acho que às vezes não é só a imagem de que inclusão é só o deficiente. Acho que não é só isso, a gente tem paciente que tem algum distúrbio de linguagem, como a gagueira mesmo, que é um distúrbio de fala que a criança acaba sendo marginalizada na sala de aula, então a gente orienta o professor a como lidar com esse aluno.

C.: E como vocês fazem essa orientação? Vocês entram em contato por telefone, vão até a escola? Porque, no caso que vocês disseram a profesora veio

L.: É ela veio. O ano passado nós fomos na escola, este ano..

R. Neste ano a gente fez reavaliação, mas ainda não a terapia.

L.: Só que na avaliação a gente tem que ir até a escola. Só que esse

paciente ele não era deficiente, ele era um paciente com atraso, só que ele era excluído da sala de aula porque ele não acompanhava nada. E sempre a professora estava a disposição para conversar por telefone, email, ... porque agora fica muito difícil pra ir em toda a escola, nosso tempo é muito curto e corrido, a gente está com trabalho de conclusão de curso. O ano passado ainda a gente era dupla, tinha mais tempo pra fazer essas coisas, tal

E.: Que mais gente?

E.: (...)Acho que os professores não estão preparados para a LIBRAS. Mesmo que agora saia essa lei de professores e fonoaudiólogos estarem conhecendo LIBRAS, mas por enquanto acho necessário, mas é difícil.

R.: É até 2010, 2012

E.: Acho que não comentei, mas a professora I e a R., estão pensando em montar um projeto de comunidade dos surdos da universidade. Só que não vai ser terapia, o objetivo não é terapia.

R.: É socialização

E.: Socialização. Pra ir ao cinema, pra vir pra cá e discutir e debater assuntos do dia-a-dia, ou até mesmo pra eles verem que no caso...

Porque aqui na universidade tem um deficiente auditivo que tem oralidade, mas não tem LIBRAS, não aceita da maneira que é, tem surdo que não

usa LIBRAS e não aceita como é e tem uma dificuldade grande com a oralidade. Como no caso do W. , ele acha que é coisa de louco, as pessoas deficientes usando LIBRAS. Eu queria dizer a ele que mesmo sendo deficiente auditivo a pessoa sorri, a pessoa se comunica, tem a sua vida, a sua rotina.

L.: A gente tem um grupo aqui que começou essa semana. E nós colocamos uma deficiente auditiva com uma oralidade bem complicada. Ela tem oralidade, mas é bem difícil de entender. Uma deficiente bem severa, e uma que tem uma deficiência que é bem leve e que gerou um distúrbio de aprendizagem. E nós fizemos uma experiência essa semana que foi muito rica pra ele e pra ela, porque ela é alfabetizada e ele não, e ele é oralizado e ela não. Então foi muito legal isso, tanto de comportamento que ela se sentiu mais experiente, ela quis mostrar mais, foi muito legal.

C.: E as outras deficiências, como DM, paralisia cerebral, que contato vocês tiveram no grupo, ou com casos atendidos pelas colegas?

L.: Eu tive um PC, que tem um irmão gêmeo. A R. ficava com o irmão que não tinha nada, e eu ficava com o irmão que tinha PC. Era um PC bem leve, mesmo, estava na escola regular, e esse irmão passou de ano e ele ficou. Ele tinha dificuldade na fala e dificuldade na aprendizagem, mas o desempenho no final do ano estava muito bem, estava lendo, escrevendo com letra de forma, a fala estava melhorando, mas dentro das limitações dele. Mas o irmão ajudava muito, porque o irmão era normal, então, ele ia na do irmão. Foi tranquilo.

E.: A L. deu aula sobre paralisia cerebral. Nossa ela ama isso, ela domina.(...) Então, com relação às dificuldade na escola, teve uma que era cadeirante e a escola disse que não estava preparada para atender. E uma paciente da A. que é cadeirante e que a APAE não quis atender. E ela percebeu que até na escola especial tem dificuldade.

C.: Agora, farei uma pergunta pra vocês. Como o fonoaudiólogo pode contribuir no processo de inclusão nesses casos que vocês citaram, e em outros?

L.: Eu acho pra ajudar é importante. A escola tem muito, não sei se é respeito pelo fonoaudiólogo, mas muita consideração pelo trabalho do fonoaudiólogo, porque qualquer orientação que a gente dá, eles acabam acatando. Eu acho que se o fonoaudiólogo for atrás, orientar o professor, mostrar que a família está interessada, se ele mostrar que está interessado pela criança. Acho que isso contribui muito, porque só da pessoa ver que tem pessoas interessadas na evolução daquele paciente, no caso daquele paciente, ela começa a se preocupar mais. Em sala de aula com crianças normais, então a professora vê que esse paciente está sendo tratado, ela começa a dar uma atenção diferenciada pra ele.

M.: É a fono, a família e a escola.

(todas concordam)

E.: A fono tem que estar presente na escola. Acho que faz falta às

vezes ter uma fono responsável pra esta questão também, para dar palestras para os professores, para os pais mesmo, na montagem do planejamento de aula. Tem que trabalhar porque o paciente especial pode estar conseguindo e a professora pensa que está atrasado, mas ele pode estar adquirindo também o mesmo assunto, com materiais diferentes, ou de outras maneiras. Acho que falta mesmo pra professores e família, mostrar que há possibilidade, tem maneiras de trabalhar.

L.: E outra coisa que eu penso também que é a questão do grupo. Acho que cada criança se comporta de determinada maneira num determinado grupo. Então aqui ela se comporta de um jeito com a gente, mas se eu coloco no grupo ela se comporta de outro, na escola ela se comporta de outro, em casa ela se comporta de outro. Então, acho que a gente tem que tentar pegar todas as informações e ver qual o perfil dessa criança.

C.: Que mais M.?

M.:Ah..

L.: eu não sou a M., mas eu acho interessante que os outros alunos tenham essa consciência.

M.: De eles estarem também se interessando? Não são todos os alunos que são assim, hoje em dia é bem difícil.

L.: “Mas olha, é diferente, eu sei que ele é diferente, mas o fato de ele ser diferente muda alguma coisa, ou não”. Porque às vezes, vamos supor, tem um problema motor e já leva para o lado mental, então falam “olha lá o doidinho”, já discrimina pra esse lado. Mostrar que não, que ele tem só um problema motor. Os alunos também precisam ter esse conhecimento e até a fonoaudióloga pode ir atrás de brincadeiras, atividades realizadas na escola pra deixar mais aberto. Causar entre eles uma inclusão melhor, porque não adianta o professor dá só atenção pra aquela criança se os outros amiguinhos... tem que ser o conjunto.

R.: E até mesmo com os professores. Porque tem professor que às vezes nem sabe o que fazer na sala de aula. Tem a criança lá, mas os professores ficam totalmente assim: “o que eu faço”.

M.: E às vezes não sabe que existe o fonoaudiólogo, que existe esse negócio de inclusão. Que existe paciente com problema, entendeu? Tem que ir atrás.

L.: Acho que essa última novela mostrou muito isso.

C.: Páginas da Vida?

Todas: É

L.: Acho que alertou que o pessoal tem direito de ir atrás, é amparado.

E.: Essa novela mostrou muito a questão da criança com síndrome de Down. Que ela é uma criança igual às outras, só que tem alguns problemas diferentes das outras, que até mesmo uma criança normal poderia ter. Ela poderia ser tratada como uma criança normal.

C.: Então vocês falaram pra mim que o fonoaudiólogo pode estar contribuindo na escola com orientação aos professores, coleginhas das crianças com deficiências, as famílias. Além dessas orientações, que mais que o fonoaudiólogo pode fazer pela inclusão? Existe uma adaptação que pode ser feita, algo que possa facilitar a inclusão?

E.: Existe. Como no caso do planejamento de aula, trabalhar como vai ser passado o conteúdo e orientar a professora da maneira melhor de estar passando para o aluno e orientar a professora da maneira melhor de estar passando para o aluno, para que ele possa estar recebendo também. Que nem ela falou, às vezes acontece que a criança está lá e acaba ficando isolada, isso é inclusão?

M.: também precisaria ter menos crianças na sala, porque hoje em dia já é difícil o ensino com 40 crianças normais na sala, então quando tem uma criança especial, a sala tem que ser menor porque se já é difícil dar atenção à todos agora para um ... tem que dar atenção pra todos juntos

L.: E outra coisa que eu já escutei relatos de mãe, é que os pacientes vão pra escola regular, são tratados de forma igual, mas chegam em casa pra

fazer a lição a criança não sabe nada e aí a mãe acaba fazendo a lição por ela. Não tem um retorno legal, a criança não está aprendendo nada lá.

C.: Em falar em retorno, a experiência que vocês tiveram, de falar com os professores, vocês sentiram algum tipo de retorno? Foi aceito, não foi aceito?

L.: Acho que foi bem aceito. Nossa, a gente não pode falar que é fono que eles já logo vem correndo falar.

R.: Eu tenho uma tia que é professora que ela fala “como posso fazer pra trabalhar”, ou a “minha amiga tem na sala dela uma criança hiperativa mais uma síndrome de down, o que ela faz?”

E.: a gente sente a necessidade de ter uma fono presente..

L.: Nós fazemos uma matéria com a B. chamada Preventiva A, não sei se na sua época tinha isso, a gente ia no posto de saúde. Cada dupla vai numa escola. E a gente percebe muito isso, porque a gente chega e as professoras vêm muito na gente e isso mostra que temos que conversar com os professores, pra lhes mostrar que eles podem contribuir no desenvolvimento de Inguagem e às vezes ele acham que não.

C.: você falou da Preventiva A, né? Além da B. quais outras disciplinas vocês tiveram que deram ou estão dando subsídios pra vocês pra entender essa questão da inclusão, porque eu lembro que na minha época tinham alguma

coisa?

Como está acontecendo a formação de vocês?

E.: Em paralisia cerebral entramos na questão da inclusão, DM, DA, todas acabaram dando um foco na questão da inclusão.

L.: quando nós tivemos aula com a B. sobre deficiência auditiva, ela trouxe uma pessoa pra falar de inclusão. Com a L. tivemos PC e gagueira e nas duas matérias ela falou da inclusão.

E.: a PUC realizou a primeira semana de inclusão.

R.: A B. sempre falou bastante, a I. também

M.: Na parte de avaliação...

C.: Vocês viram bastante na parte teórica, mas quando foram fazer estágio na escola, vocês tiveram a oportunidade de fazer alguma orientação quanto à isso, ou não?

M. A escola que eu vou não tem casos de inclusão.

C.; Não teve nenhum caso de a professora perguntar como pode agir melhor?

R.: Não ela não perguntou isso, até porque foi a segunda vez que fui lá,

e não fui nessa sala ainda. Mas no segundo dia que eu fui, a diretora pediu pra eu conversar com a mãe que tinha mudado pra cá há pouco tempo e uma das coordenadoras pediu pra eu conversar com ela, porque ela queria achar vaga para o filho. Mas eles se dão bem com a criança e combinam com a mãe sobre o dia que ele estiver alterado elas ligam, até pra não atrapalhar a aula. Geralmente depois do intervalo, do recreio ele já começa a ficar mais alterado, aí ligam pra mãe e ela vai buscar.

I.: Na escola que eu faço tem um autista e tem um outro menino que tem uma atraso neurológico que está sendo diagnosticado ainda, porque a mãe tem uma certa barreira e não está querendo aceitar muito, mas é evidente que o menino tem algum problema e nunca ninguém fez nada ... e aí nos fizemos uma palestra na escola e o avô muito interessado foi. Mandamos ele para o posto onde foi triado, nós fomos na escola e realmente, ele é uma criança que não se interessa na sala de aula,

C.: Ele foi triado por vocês no posto?

L.: Sim, mas por uma outra dupla aqui da fono. E nós observamos ele na sala, enquanto o pessoal estava fazendo atividade, ele pegava o lápis de cor, colocava um do lado do outro, batia no outro, não mantinha contato olho-a-olho. São várias pistas acontecendo na sala de aula.

C.: E lá M.?

M.: Na escola a gente teve. A gente só observou o nosso paciente, só. Viu como ele era com as criancinhas, não tinha muita interação.

C.: O W.?

M.: É o W. Ficava sozinho, só correndo, não interagindo com os amiguinhos. E a classe especial que a gente foi...

L.: Primeiro que a classe especial estava lotada. Tinha um monte de aluno precisando e não cabia mais ninguém. Aí, tinham uns alunos lá com problemas e tinha uma professora só que vinha de vez em quando.

C.: será que era professora itinerante?

L.: Eu acho. Numa outra escola que eu cheguei para fazer um trabalho, tinha uma professora itinerante que ia lá pra ajudar as professoras; mas essa era só assim. Mas eu acho que outra coisa que pesa bem é a história familiar desse paciente.

R.: É preciso fazer uma ponte, uma ponte muito forte e grande, porque a gente tem que ter a ajuda da família porque se não tiver, se tiver problema psicológico...

L.: porque essa parte de inclusão às vezes a escola ou a fono faz o possível. Mas às vezes a família não está a fim porque por mais que tenha o

apoio da escola a família tem que ajudar muito, porque como falaram, às vezes a sala é muito grande e a professora tem que dar atenção pra ele, então tem que ter o apoio da fono e da família em casa.

C.: E na escola que você está indo, tem algum caso?

E.: É um núcleo na verdade. É um lugar em que crianças e adolescentes passam o período que não estão na escola porque não tem com quem ficar em casa. Só tive contato com uma professora na escola que eu fui e não tinha inclusão.

C.: Quem bom, bastante informação!! Tem mais alguma coisa que vocês estejam lembrando e queiram complementar?

L.: Eu só acho que é um trabalho que não é reconhecido.

M.: Acho que a gente tem que continuar lutando.

L.: A fonoaudiologia é uma profissão muito importante, extremamente importante. A gente não faz idéia de quanto é.

Agora com essa onda de violência tudo é educação, educação, só que a fono ao meu ver vai em primeiro, antes da parte pedagógica. Porque se uma criança tem um problema de fala, muito provável ela vai desenvolver um problema de escrita, e o desenvolvimento dela não vai, assim, não vai.

A fono tem que ser uma profissão bem mais reconhecida.

E a gente, agora que começou a fazer triagem, pelo menos no grupo de gestante, a gente tá caçando mães que tivessem filhos com problemas pra levar na fono, e aí quando a gente explica o que é fono, elas: “acho que meu filho tem!” e na hora que trás a gente: “ meu Deus, como essa mãe não viu que essa criança tem um atraso de linguagem, distúrbio de leitura e escrita”

R.: mas não é só essa população que não sabe do trabalho da fono. tem também os profissionais, porque que nem essa mãe, com certeza ela leva o filho no pediatra, o pediatra nunca observou nada? E os professores?

E.: eu tenho um paciente que a mãe queria que ele fizesse a primeira série de novo e a professora assim:” já tive alunos assim, ele vai embora” e na verdade, não, só vai piorando.

L.: E aí começa a gerar outros problemas, que a criança acaba não tendo interesses, acaba achando aquilo chato e aí acaba tendo um problema de comportamento, e colocam a culpa toda na criança.

E quando era pra ser trabalhado na primeira série e no pré, ninguém fez nada, igual a professora disse “ vai dar certo”, e não vai, porque o menino não sabe escrever.

Se é uma família de classe média e trabalha, não pode ficar com a criança, se for pobre não vê importância pra aquilo. É uma bola de neve.

A fono tem que ser reconhecida, e muito. Acho que em toda escola deve ter um fono porque pode ter psicopedagoga, mas fono é fono, não adianta.

C.: muito bem, meninas, ótimo, foi muito bom. Muito obrigada!